



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB

CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Curso de Bacharelado em Jornalismo

ANA CAROLINA FERREIRA SANTOS

**FEMINISMO NEGRO E CIBERATIVISMO: UMA ANÁLISE DA MULHER NEGRA NA FANPAGE
GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA**

JOÃO PESSOA

2016

Ana Carolina Ferreira Santos

**FEMINISMO NEGRO E CIBERATIVISMO: UMA ANÁLISE DA MULHER NEGRA NA FANPAGE
GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA**

Monografia apresentada ao Departamento de Jornalismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como exigência para a atenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

João Pessoa

2016

Ana Carolina Ferreira Santos

**FEMINISMO NEGRO E CIBERATIVISMO: UMA ANÁLISE DA MULHER NEGRA NA FANPAGE
GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA**

Aprovada pela banca examinadora em: ____ / ____ / ____

Nota: _____

Monografia apresentada ao Departamento de Jornalismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como exigência para a atenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

Banca Examinadora

Orientadora

Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

Prof^a Dr^a Margarete Almeida Nepomuceno

Prof^a Dr^a Suelly Maria Maux Dias

A minha mãe, Maria Estela, em nome do nosso amor infinito passando do céu; Ao meu irmão David, pela nossa cumplicidade e demonstração de amor constante; Ao meu pai, Eivaldo (in memoriam), apesar da ausência em vida, “quando eu penso alguém só penso em você e aí, então, estamos bem”.

AGRADECIMENTOS

Este fechamento de ciclo me faz pensar bastante sobre tudo que me fez chegar até aqui e, assim, posso visualizar inícios de novos projetos e novas vontades. Acho engraçado dimensionar o “agradecer”, mas me sinto à vontade para fazê-lo. Eu vejo e sinto que muitas pessoas têm fundamental importância no acreditar desta realização que antes parecia tão longe de ser alcançada. Este trabalho, além das razões apontadas, tem um valor muito pessoal. Eu, mulher negra, me sinto no dever de tentar fazer algo por nós, mesmo que pareça pouco, mesmo que possa, realmente, ser pouco. O feminismo liberta e empodera, como fez e faz e continuará fazendo comigo. O reconhecimento e afirmação política enquanto negra também. Mulher Negra. Feminismo Negro. Mas para além dessas questões da minha própria vivência, trago no agradecer pessoas e vivências que, de alguma forma, fizeram e fazem parte da minha vida.

A minha mãe, que sempre me motivou; pela sua presença e pelo o amor infinito que temos uma pela outra. Por ela quero sempre me superar e me espelhar.

A David, meu irmão, por toda nosso companheirismo e amor compartilhado nesta vida; por todas as brincadeiras; Agradeço, querido.

Agradeço ao processo de descobertas que cursar Jornalismo me trouxe. Assim, agradeço a minha orientadora Glória Rabay, sobretudo, pelo incentivo; Agradeço também as professoras e professores do curso que, ao longo dos períodos, possibilitaram novos olhares.

As amigas mais fortes que tenho hoje foram construídas durante e por meio do curso. Agradeço a Rodrigo, pelo o nosso amor tão forte, pelos processos, pelas presenças, por ser quem mais me escuta, por sempre tentar me ajudar nas minhas inseguranças; Agradeço a Taisa, pelo o amor que sinto e por tudo que já vivenciamos; Agradeço a Luís amor, pelas conversas, pelas diversões e por ser tão peixes que combina tanto com os meus cancerianismos, por ser amigo; Agradeço a Poly, por sempre ter sido tão prestativa e amorosa, pelo nosso amor, pelos nossas conversas engraçadas “sobre barbas”; Agradeço a Damara, a Nevinha e a Bel, por serem aquelas que mais me sinto à vontade para falar sobre empoderamento e sobre vivências, pela proteção de Damara, pelo cuidado de Nevinha e pela alegria de Bel, por vocês tenho amor; Agradeço a Candoia, pelas piadas (ou não), pelas

verdades, pela construção da nossa amizade que, às vezes, parece tão distante, mas ao mesmo tempo é tão forte; Agradeço a Demétrio, por ser amigo, por me sentir sempre à vontade ao seu lado e pelas vivências; Agradeço a Hermes, pelos nossos compartilhamentos e conversas sobre música, por sempre querer ser engraçado e quase nunca conseguir, por ser Herminho; Agradeço a Jéssika, por ter sido a minha primeira companheira na universidade, por ser hoje saudade, mas ainda ser presença; Agradeço a Normando, por sempre me provocar a pensar para além do visível, pelo sentir; Agradeço a Andrezza, pelo carinho e pelas risadas; Agradeço a Bia, pelas saídas, pelas conversas, pelos bares, pela vida.

Lembro que não há como descrever e agradecer a cada pessoa da minha família que fica feliz por mim, que fico feliz por elas/eles. Agradeço a todas/os. Em especial, agradeço a minha avó Maria, pela vida, pela resistência, pelo carinho e amor; Agradeço a Suzana, minha prima, que sempre compartilhou a vida comigo, pelo nosso amor; Agradeço as minhas primas Ingrid, Mickelle e Laurinha, por me ver nelas, por elas se verem em mim; Agradeço a minha avó Felinta, pelo querer bem e por estar mais presente.

Agradeço ao Comitê Impulsor na Paraíba da Marcha das Mulheres Negras – marcha que ocorreu em novembro de 2015, em Brasília. Ver e sentir todas aquelas mulheres negras juntas me fez acreditar ainda mais que somos capazes de tudo.

Agradeço a Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (Enecos), por meio da qual eu pude participar de vivências que me proporcionaram questionamentos e empoderamento. A menina, já mulher, ainda dança.

Agradeço a todo mundo da Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes/UFPB), pela qual pude ter contato com a visão da educação popular e economia solidária. Irei levar esses olhares e vivências em cada coisa que eu venha fazer e dizer, mesmo que não seja de modo explícito.

Por fim, agradeço a vida e o dia a dia, por ser mais um dia.

*Mudaram as estações e nada mudou
Mas eu sei que alguma coisa aconteceu
Está tudo assim tão diferente
Se lembra quando a gente chegou um dia a
acreditar
Que tudo era pra sempre
Sem saber
Que o pra sempre
Sempre acaba?
Mas nada vai conseguir mudar o que ficou
Quando eu penso em alguém
Só penso em você
E aí então estamos bem
Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo
como está
E nem desistir, nem tentar
Agora tanto faz
Estamos indo de volta
Pra casa*

(Renato Russo)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a contribuição da fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra, por meio da divulgação de produtos jornalísticos ou não, à construção do empoderamento da mulher negra. Para isso, analisamos quantitativamente as publicações coletadas do período de julho a dezembro de 2015, a fim de tematizar e problematizá-las sob a perspectiva interseccional do feminismo negro (gênero e raça), das ações ciberativistas orquestradas por Geledés, como também pelas interações das e dos participantes da rede social do site Facebook. Depois da análise quantitativa, realizamos uma análise qualitativa de três publicações jornalísticas utilizando a metodologia da Análise do Discurso Mediada por Computador (ADMC) elaborada por Susan Herring em 2004. Concluímos na nossa análise que o discurso do feminismo negro aparece de modo implícito nas publicações de Geledés. Notamos ainda que, ao abordar a mulher negra, a atuação de Geledés dialoga com a ideia de subordinação estrutural (CRENSHAW, 2004), em que o gênero, a raça e a classe afetam a vida das mulheres negras. Este estudo também demonstra a importância de elaboração de pesquisas interseccionais e de um webjornalismo que pautem a interseccionalidade da mulher negra explicitamente.

Palavras-chave:

Feminismo Negro. Interseccionalidade. Facebook. Ciberativismo. Identidade. Webjornalismo. Geledés Instituto da Mulher Negra.

ABSTRACT

This research aims to understand the contribution of the Geledés Instituto da Mulher Negra fanpage, through the dissemination of journalistic products or not, to the construction of the empowerment of black women. To do so, we quantitatively analyze the publications collected from July to December 2015, in order to thematize and problematize them from the intersectional perspective of black feminism (gender and race), from the cyber-activist actions orchestrated by Geledés, as well as from the interactions of And the participants of the social network of the site Facebook. After the quantitative analysis, we conducted a qualitative analysis of three journalistic publications using the Computer-Mediated Discourse Analysis (CMDA) methodology elaborated by Susan Herring in 2004. We conclude in our analysis that the discourse of black feminism appears implicitly in the publications of Geledés. We also note that when addressing the black woman, Geledés work interacts with the idea of structural subordination (CRENSHAW, 2004), in which gender, race and class affect the lives of black women. This study also demonstrates the importance of the elaboration of intersectional researches and of a webjournalism that guides the intersection of black women explicitly.

Keywords:

Black Feminism. Intersectionality. Facebook. Ciberativism. Identity. Webjournalism. Geledés Instituto da Mulher Negra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: recurso cronológico que permitia acessar postagens antigas. Após as atualizações do Facebook, o recurso deixou de existir.....	51
Figura 2: página inicial da fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra.....	57
Figura 3: primeira publicação em análise.....	63
Figura 4: comentário fala da invisibilidade do racismo que atinge pessoas não famosas	67
Figura 5: comentário diz que o racismo não é invisível	67
Figura 6: comentário sobre combate ao racismo.....	68
Figura 7: comentário que fala cita o racismo contra crianças, empregadas domésticas e homens negros	68
Figura 8: comentário sobre o racismo e o erro em tipificá-lo como injúria racial.....	69
Figura 9: segunda publicação em análise	70
Figura 10: comentários mais curtidos da segunda publicação analisada falam sobre a experiência com o cabelo	74
Figura 11: comentário negativo de um homem em relação a matéria	74
Figura 12: comentário que satiriza a publicação.....	75
Figura 13: comentário que utiliza a palavra “personalidade” em alusão à matéria publicada.....	75
Figura 14: comentário que faz referência à entrevistada e sobre identidade.....	75
Figura 15: terceira publicação em análise	77
Figura 16: comentários mais curtidos da publicação	80
Figura 17: posição em defesa de Bell Marques.....	81
Figura 18: posição que se coloca contra a atitude de Bell Marques, mas, ao mesmo tempo, diz que achou “uma atitude admirável” a mudança.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: modelo do Método da ADMC	52
Quadro 2: publicações selecionadas para análise qualitativa.....	53
Quadro 3: número geral das publicações por temática	57
Quadro 4: temáticas pautadas por Geledés referentes à mulher negra e o número de vezes que aparecem.....	59
Quadro 5: número de matérias por agendamento das publicações	60
Quadro 6: relação dos portais e assinatura que mais aparecem em Geledés.....	61
Quadro 7: comparação entre o número de curtidas, compartilhamentos e comentários dos assuntos mulher negra e de gênero	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – A MULHER NEGRA: DE ONDE PARTIMOS?	17
1.1 A Questão da identidade	18
CAPÍTULO 2 – A MULHER NEGRA NOS MOVIMENTOS: FEMINISMO, MOVIMENTO NEGRO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS	20
2.1 Movimento Feminista: lutas e emancipação	20
2.2 O Nascimento do Movimento Feminista no Brasil e a Situação da Mulher Negra Pós-Escavidão	21
2.3 Breve Contextualização do Surgimento do Movimento Negro no Brasil e a Inserção das Mulheres Negras	24
2.4 Entrelaçando histórias: Feminismo Negro, Movimento Feminista e Movimento Negro	26
CAPÍTULO 3 - UM FEMINISMO QUE FALE SOBRE NÓS: FEMINISMO NEGRO DIALOGANDO PERSPECTIVAS	31
3.1 A interseccionalidade e a relação com o Feminismo Negro	31
3.2 O mito da democracia racial e os efeitos dos estereótipos na vida das mulheres negras	34
3.2.1 Mulher Negra: a construção de estereótipos e sua difusão	35
3.3 A Violência Contra a Mulher Negra	38
CAPÍTULO 4 – CIBERATIVISMO: REDES SOCIAIS COMO DIFUSÃO DE IDEAIS, LUTAS SOCIAIS E PRODUTOS JORNALÍSTICOS	41
4.1 Do Jornalismo ao Webjornalismo: transformações e práticas discursivas	43
4.2 O uso da internet: ciberespaço e a população brasileira	44
4.3 O Surgimento Ciberativismo: possibilidades de produção, proliferação e questionamentos	45
4.3.1 Redes sociais: âmbitos de produção e divulgação de informação	45
4.3.2 Ciberativismo: alternativas contra hegemônicas e mobilização social	48
CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
5.1 Escolhas da pesquisa	50

CAPÍTULO 6 – A MULHER NEGRA NA FANPAGE GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA	54
6.1 O site de rede social Facebook	54
6.2 Geledés Instituto da Mulher Negra	55
6.2.1 A fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra	56
6.3 Análise Quantitativa das publicações de Geledés Instituto da Mulher Negra	57
6.4 Análise qualitativa das publicações da fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra	62
6.4.1 Análise da publicação 1: o artigo de opinião	62
6.4.2 Análise da publicação 2: a reportagem	70
6.4.3 Análise da publicação 3: a notícia	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE	91

INTRODUÇÃO

A difusão de informações contra hegemônicas cresceu muito nos últimos anos através da utilização da internet. A ação na internet proporciona a expressão de experiências, opiniões e questionamentos problematizadores no que diz respeito à vivência na sociedade. Desse modo, em meio à rede social do Facebook, a importância do espaço virtual se mostra como um dos artifícios contra ideias repletas de atitudes discriminatórias. É por aí que, em 2015, as campanhas #PrimeiroAssédio¹ e #MeuAmigoSecreto² trouxeram relatos feitos por mulheres sobre assédio sexual e a exposição de frases ditas e experiências envolvendo o machismo. As ações de ativismo na internet – ciberativismo – são uma das aliadas para manifestações de ideias, a fim de proporcionar discursos contra opressões.

Assim, o jornalismo também é atingido pelas mudanças ocasionadas com a popularização da internet, se transformando conforme o advento das novas ferramentas de trabalho. Os *hiperlinks* são utilizados como forma a expandir as informações e o entendimento do produto divulgado. A relação entre jornalismo na internet, ou webjornalismo, e a divulgação do material produzido através do Facebook está propensa a interações de pessoas participantes da rede social. Nesse sentido, os produtos jornalísticos também passam a serem atributos para o ciberativismo, seja para contestá-los ou legitimá-los.

Diante das informações hegemônicas, o perpassar de estereótipos da mulher negra – corpo hipersexualizado sob a visão da “mulata” e/ou da mulher negra subserviente representada enquanto empregada doméstica – é notado ao longo dos anos nas produções da grande mídia, principalmente nas televisivas. Nesse sentido, em busca de um veículo que proporcionasse a visão fora dos padrões estereotipados da mulher negra é que selecionamos a fanpage da organização Geledés Instituto da Mulher Negra³ como objeto de estudo, a fim de analisar as publicações realizadas por ela no que concerne à mulher negra. A organização Geledés tem 28 anos de atuação.

¹ A campanha “Primeiro Assédio” foi proposta pelo projeto feminista Think Olga. Ver site do coletivo: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em: 16. nov. 2016.

² Há referências indicando que a campanha “Meu Amigo Secreto” foi criada pelo coletivo Não Me kahlo. O coletivo lançou, em 2016, o livro *#meuamigosecreto: feminismo além das redes*.

³ Endereço da página no Facebook (ou fanpage) disponível em: <<https://www.facebook.com/geledes/?fref=ts>>. Acesso em: 16. nov. 2016.

Nesse contexto, a ideia de submissão feminina cristalizada levantada pelo machismo e a ideologia racista que interfere na construção e afirmação da identidade negra parece, em um primeiro momento, ser dimensões separadas. No entanto, ao colocar no ângulo a vivência da mulher negra, percebemos que a violência machista e a racista podem agir de modo atenuante na vida das mulheres negras. O Mapa da Violência 2015⁴ evidencia que, no Brasil, o assassinato de mulheres negras aumentou 54% de 2003 a 2013 (WAISELFSZ, 2015). Esse dado nos mostra a urgência da interseccionalidade (CRENSHAW, 2004), uma abordagem de gênero e raça, assim, das problematizações trazidas pelo feminismo negro.

É nessa perspectiva do feminismo negro e na ideia de posicionar a experiência da mulher negra enquanto mulher e negra, simultaneamente, que esta monografia pretende responder as seguintes questões: como se dá a atuação da fanpage Geledés? A dimensão racial e de gênero é explicitado nas suas postagens? As questões feministas estão em debate quando se trata da vivência da mulher negra? Qual o discurso dos materiais jornalísticos publicados na pela fanpage?

Tendo em vista as problematizações apontadas nas questões o objetivo geral deste estudo almeja compreender a contribuição da fanpage Geledés no empoderamento da mulher negra através dos materiais publicados. Quanto aos nossos objetivos específicos, traçamos os pontos: mapear as publicações do período de julho a dezembro de 2015; verificar quais os temas que mais aparecem no que se refere à mulher negra, direta ou indiretamente; assinalar os portais de notícias, cujos conteúdos são republicados por Geledés; comparar quantitativamente as publicações referentes a gênero (sem intersecção de raça) com as que dizem respeito à mulher negra; explicitar o número de curtidas, compartilhamentos e comentários das publicações durante o período estudado; evidenciar o ciberativismo.

Escolhemos o segundo semestre de 2015 (julho a dezembro) para análise, visto que nesse ano foram notadas campanhas feministas no Facebook. A fim de analisar as publicações da fanpage Geledés, optamos pela metodologia da Análise do Discurso Mediada por Computador (ADMC). No processo deste trabalho, também utilizamos a pesquisa bibliográfica, dessa maneira, autoras e autores fomentaram o nosso embasamento, citamos

⁴ Estudo disponível em:< http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>. Acesso em: nov. 2015.

algumas/alguns: Abdias do Nascimento, Ana Alice Alcantara Costa, André Lemos, Angela Davis, Dênis de Moraes, Flávia Biroli, Florestan Fernandes, Kathryn Woodward, Kimberle Crenshaw, Lélia Gonzalez, Manuel Castells, Patricia Hill Collins, Pierre Lévy, Raquel Recuero, Stuart Hall, Sérgio Amadeu da Silveira, Sueli Carneiro.

No intuito de problematização do tema estruturamos o trabalho em quatro capítulos teóricos. Dessa forma, no primeiro capítulo: *A mulher negra: de onde partimos?* procuramos evidenciar, brevemente, gênero e raça. Nesse sentido, a questão da identidade é abordada no intuito de alicerçar o nosso pensamento na problematização da busca de afirmação e empoderamento da identidade negra. O segundo capítulo: *A mulher negra nos movimentos: feminismo, movimento negro e construção do movimento de mulheres negras* objetiva, também, historicizar os movimentos e como a mulher negra estava inserida (ou não) neles, o principal destaque nesse capítulo é o papel das mulheres negras na construção do movimento que as representasse de acordo com suas experiências. O terceiro capítulo: *Um feminismo que fale sobre nós: feminismo negro dialogando perspectivas* tem intuito de trazer, explicitamente, as questões interseccionais do feminismo negro. Nele abordamos os estereótipos construídos sobre a mulher negra, o mito da democracia racial e a violência contra a mulher negra. Já no quarto capítulo: *ciberativismo e redes sociais como difusão de ideais, de embates a pensamentos hegemônicos e de produtos jornalísticos* falamos do advento da internet, do conceito de ciberespaço e ciberativismo e pontuamos as mudanças no jornalismo a partir da internet.

Em seguida, no quinto capítulo: *Procedimentos metodológicos* descrevemos o processo metodológico de feitura desta pesquisa. No sexto capítulo: *A mulher negra na fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra* realizamos um breve histórico do Facebook e da organização Geledés Instituto da Mulher Negra. Logo após, iniciamos a pesquisa quantitativa, tendo em vista a coleta do material (119 publicações referentes à mulher negra na fanpage Geledés); e a análise qualitativa de três publicações jornalísticas: um artigo de opinião, uma reportagem e uma notícia. Para logo mais chegarmos às considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A MULHER NEGRA: DE ONDE PARTIMOS?

Tratar de um estudo acerca da experiência da mulher negra significa problematizar o racismo e o machismo como duas dimensões entrelaçadas. A pesquisadora negra Jurema Werneck (2007, p. 02) aponta que “inferiorização das mulheres negras se desenvolve a partir de um contexto onde assumem relevância características biológicas como cor da pele e sexo, que vão embasar sistemas de hierarquização social definidos como racismo e sexismo”. Werneck (2007, p. 02) ressalta que raça não é um conceito biológico e explica que:

[...] a criação e legitimação da raça como instrumento de hierarquização social vai requerer o desenvolvimento de um conjunto variado de ferramentas materiais, políticas, sociais e simbólicas que permitam à raça sua operacionalidade na produção de diferenças, desigualdades e privilégio.

Do outro lado também temos que o sexismo – hierarquiza as relações a partir da colocação de um sexo biológico acima de outro, inferiorizando-o e discriminando-o, ou seja, existem papéis sociais masculinos ou femininos preestabelecidos ideologicamente que pretendem designar a vivência de uma pessoa desde o momento do nascimento. Ao falar das relações de discriminações de gênero, estamos indo para além das questões biológicas das pessoas e da dicotomia fundamentas no sexo. A ideologia machista utiliza da biologia (e da dicotomia homem/mulher) para subjugar, discriminar e violentar as mulheres. Nesse contexto, a mulher negra na sociedade está sob o aspecto de gênero e raça.

As teorias racistas que se baseavam em ideias amparadas e deturpadas pelo etnocentrismo europeu, com raízes pré-científicas antigas, em que grupos humanos procuravam origens gloriosas e uma genealogia que os diferenciasses dos demais. Os mitos genealógicos de superioridade racial se difundiam não somente pela ideia pureza de sangue, mas também por questões religiosas, o que foi perpassando por vários séculos e grupos humanos (POLIAKOV, 1974). Esses mitos passaram a perpetuar a superioridade dos povos germânicos sobre os outros, assim, justificando o seu racismo contra negras/os, semitas e amarelas/os (PRUDENTE, 1980).

Voltando à questão de gênero, Judith Butler (2012) nos mostra que o sujeito das mulheres não é uma categoria unificada, visto que se uma pessoa se identifica como mulher não se pode concluir daí uma definição total do que ela é. O gênero nem sempre se forma

de maneira coerente e consistente nos diversos contextos históricos, ele intersecciona com a raça, a classe, a etnia, a sexualidade e a regionalidade que são constituídas discursivamente.

1.1 A Questão da identidade

Segundo Kathryn Woodward (2000) a identidade é marcada pela diferença, ou seja, a afirmação de uma identidade é relativa, pois a sua existência está sujeita a algo fora dela, que seria outra identidade diferente da qual ela se identifica. Woodward também ressalta que as reivindicações de identidades estão interligadas a redescoberta dos antecedentes históricos e o conhecimento do passado faz parte da construção da identidade e dos processos ocasionados.

Woodward (2000) argumenta que uma das discussões sobre identidade converge na tensão entre o essencialismo e o não-essencialismo. Alguns grupos políticos procuram a afirmação da identidade sustentando-se na “verdade” fixa de um passado compartilhado ou em “verdades” biológicas. Neste sentido, o essencialismo pode basear-se suas asserções tanto na biologia quanto na história. O essencialismo trata as identidades como fixas e imutáveis.

Entretanto, a identidade é relacional e a diferença é definida por uma marcação simbólica, que é “o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído”. Desse modo, a identidade está conectada também a questão social e material, pois se um grupo é simbolicamente marcado como adversário ou tabu vai gerar consequências reais no grupo que estará socialmente excluído e com desigualdade material. Outro ponto é que as identidades não são unificadas, ou seja, podem ser díspares na comparação entre o coletivo e o individual (WOODWARD, 2000, p.14).

Esse artigo de Woodward (2000) abre o livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, que também traz um artigo de Stuart Hall, pioneiro no campo dos Estudos Culturais. Hall (2000) introduz a discussão com a questão “*Quem precisa de identidade?*” Ao desenvolver pensamentos sobre o conceito de identidade, Hall (2000) aborda a identificação. Para o autor, na teoria social e cultural, as conceituações de “identificação” são pouco fomentadas. Desse modo, procura-se o seu entendimento tanto

no repertório discursivo quanto no psicanalítico. Para o discursivo a identificação é uma construção, um processo nunca terminado. Nessa visão a identificação é:

[...] um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como um processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (Hall, 2000, p. 106).

Conforme Hall (2000) as identidades são construídas no interior do discurso. Nesse sentido, de maneira que a interpretação deve levar em conta a sua geração em locais históricos e institucionais próprios, como também dentro de formações e práticas discursivas. De acordo com o autor, as identidades se relacionam “com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para produção não daquilo que somos, mas daquilo que nos tornamos [...] ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (HALL, 2000, p. 109). Assim, a identidade e identificação se mostram pertinentes às problematizações da vida da mulher negra, dado que a sua representação construída no decurso dos anos é evidenciada por estereótipos construídos, como também nos leva a historicizar o processo de resistência e lutas da mulher negra.

CAPÍTULO 2 – A MULHER NEGRA NOS MOVIMENTOS: FEMINISMO, MOVIMENTO NEGRO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

2.1 Movimento Feminista: lutas e emancipação

O Feminismo surge a partir da necessidade de emancipação e participação das mulheres como cidadãs que pudessem exercer direitos. A luta para obter o direito do voto feminino foi uma das primeiras pautas do movimento, que teve seu início no final do XIX na Inglaterra (PINTO, 2010, p.15). No início do século XX, várias mulheres organizam manifestações nas ruas com objetivo na igualdade política. O grupo *Women's Social and Political Union* (WSPU, ou União Social e Política das Mulheres, em português) – em que as militantes passaram a ser chamadas de “*suffragettes*” – foi fundado com sede em Manchester em 1905, posteriormente transferido para Londres (KARAWEJCZYK, 2013). Para Diane Atkinson (1996 apud ABREU, 2002, p. 460), “as sufragistas [...] acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim”. Entretanto, não havia acordo sobre a estratégia que as sufragistas deveriam assumir para conquistar o voto. Enquanto algumas acreditavam no voto direcionado para solteiras e viúvas, outras reivindicam a igualdade sem diferenciação de estado civil (KARAWEJCZYK, 2013, p. 06).

Conforme Karawejczyk (2013), a organização britânica mais antiga na luta pelo voto feminino data de 1897, a *National Union of Women's Suffrage Societies* – NUWSS (União Nacional das Sociedades de Mulheres pelo Sufrágio) era moderada nas suas manifestações, visto que havia uma preocupação em estar dentro das leis; a estratégia concentrava-se em apostar na conscientização dos políticos e em dispor da opinião pública em seu favor. Abreu (2002, p. 462), explica que o plano de ação traçado pela NUWSS se mostrou ineficiente.

Já o WSPU, publicava jornais semanais como o *Votes for Women* de 1907 e o *The Suffragette* de 1912. Também existiram outros grupos na luta pelo sufrágio, no entanto, o WSPU foi o mais combativo. Além de passeatas, elas utilizam ações diretas, tais como pôr fogo em caixas de correios, destruir vidraças de casas e lojas, interromper discursos políticos com proclamações pelo sufrágio e se algemarem em prédios públicos (KARAWEJCZYK, 2013). Abreu (2002, p. 464) comenta que uma das maneiras de ação também se dava através da

greve de fome, a autora analisa que desde as táticas de desobediência civil o movimento ganhou visibilidade tanto para os políticos quanto para a imprensa. Karawejczyk (2013, p. 16) relata que em 1913, a militante feminista Emily Davison, jogou-se à frente do cavalo do Rei ferindo-se gravemente e falecendo alguns dias depois. Alguns argumentos explanam que o fato isolado ocorreu em nome da causa e para promover visibilidade da pauta sufragista, em contrapartida, Karawejczyk comenta que até hoje não se sabe as motivações de Davison e nem se o objetivo era cometer suicídio, mas é sabido que o episódio se transformou em um mártir da luta sufragista internacional.

A campanha das sufragistas e seus atos de ação direta duraram até 1914, dado que a liderança do WSPU decidiu colaborar com o governo britânico da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse sentido, a luta pelo sufrágio feminino ficou em segundo plano (KARAWEJCZYK, 2013, p. 20). Em 1918, o Parlamento inglês aprovou a lei de reforma eleitoral. Contudo, a lei se restringia o voto às mulheres brancas casadas com idade igual ou superior a 30 anos, ainda havia o adendo de que os maridos deveriam ser qualificados e possuir uma boa renda. Apenas em 1928, o voto universal para todas as pessoas com idade a partir de 21 anos foi proferido na Inglaterra (ABREU, 2002, p. 464).

2.2 O Nascimento do Movimento Feminista no Brasil e a Situação da Mulher Negra Pós-Escavidão

O estudo da professora Jane Soares de Almeida sobre a condição das professoras pioneiras dos cursos de magistério na educação paulista, no traz algumas impressões sobre como a mulher era vista e alguns pontos acerca do feminismo. Segundo Almeida (1998, p. 17-18), no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, a mulher branca unia doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, patriotismo e pureza, tais características a colocava como responsável de impregnar beleza e bondade à vida social. Desse modo, a visão acerca da mulher branca aglutinada à ideia de ausência do instinto sexual compeliu a comparação com a Virgem da religião Católica, como também expôs uma modificação de mentalidade sobre de pensamentos misóginos que vigoraram nos séculos XVII e XVIII, que explicitava um discurso antifeminino. Lopes (1989, p.18 apud ALMEIDA, 1998, p. 18)

[...] analisa essas concepções através do discurso normativo e das representações dos defeitos e incapacidades femininas e refere-se ao célebre folheto misóginico de Baltasar Dias do século XVI, que foi

sucessivamente reeditado até o século XIX. A autora também cita outros escritos que se referem à preguiça, à vaidade, à sensualidade e ao perigo, para os homens, representado pelas mulheres nas obras de Gonçalo Fernandes Trancoso (século XVI) e Martim Afonso de Miranda (século XVII). Diogo Paiva de Andrade acusa a mulher de irresponsabilidade, liberalidade, ociosidade, entre outros defeitos, opinião já proposta pelo Padre Antonio Vieira.

Conforme Almeida (1998, p. 18-19), a nova concepção era ambígua, pois serviu apenas para validar o mito da inferioridade biológica e via a mulher branca somente como mãe e esposa, tendo no casamento a fonte da felicidade. O pensamento a orientava para ser a principal educadora das crianças, alicerce da pátria e da família.

Além da modificação da mentalidade sobre a mulher branca, o capitalismo, o incremento de uma vida urbana que apresentava novas possibilidades de contato social, a ascensão da burguesia e o aparecimento de um novo pensamento burguês também fez parte da transformação da sociedade brasileira no decorrer do século XIX (D'INCAO, 1997, p. 223). Nesse século o governo brasileiro pretendeu trazer milhares de imigrantes europeias/us⁵ para trabalhar nas plantações de café e nas fábricas que emergiam nas cidades em alteração aos trabalhos realizados pelos homens negros e mulheres negras depois da Abolição da Escravatura em 1888. Já nas primeiras décadas do século XX um grande número do proletariado nas fábricas têxteis é formado por mulheres brancas e crianças. Entretanto nos anos seguintes, haveria uma significativa queda da mulher branca no mundo do trabalho (RAGO, 1997).

No que concerne às mulheres negras, depois da Abolição da Escravidão, trabalharam nos ramos mais desqualificados e receberam maus-tratos e salários baixíssimos. As mulheres negras eram vistas como rudes e promíscua, desse modo, uma (in)justificativa para não poderem exercer direitos de cidadania (RAGO, 1997, p. 582). A Abolição em 13 de maio de 1888 pela Lei Aurea não resultou no “fim imediato das práticas escravistas das relações sociais de trabalho, com os hábitos a elas aliados” (DOMINGUES, 2004, p. 245 apud ARAÚJO, 2013, p. 27).

⁵ Atrair principalmente imigração europeia ao Brasil foi um acontecimento totalmente planejado. Para além de mão de obra barata, o objetivo das elites brasileiras era o embranquecimento da população do Brasil, se amparavam nas teorias eugenistas elaboradas na Europa e nos Estados Unidos (RAGO, 1997, p. 583)

É no início do século XIX que acontece no Brasil os primeiros protestos feministas por meio da imprensa feminina, o mais importante veículo de disseminação das ideias feministas na época. Nesse momento, também ocorreram manifestações em diversos países latino-americanos como na Argentina, Chile, Costa Rica, México e Peru (COSTA, 2005, p. 2). Após conviver com feministas da Europa, Nísia Floresta publica no Brasil em 1832 a tradução da obra de “Reivindicação dos Direitos da Mulher” de Mary Wollstonecraft, as mulheres brancas de elite foram as primeiras a acolher as ideias feministas (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 95 apud COSTA, 2005, p. 17).

As mulheres trabalhadoras se organizam em lutas sindicais por melhores salários e condições de trabalho, como também contra as discriminações de gênero. No início do século XX, surgem organizações feministas, o Partido Republicano Feminista, que tinha o propósito de organizar mulheres na luta pelo sufrágio feminino e a Associação Feminista, de caráter anarquista, forte atuante em 1918 nas greves operárias em São Paulo (COSTA, 2005, p. 03).

A luta sufragista ganha força nos anos de 1920. Bertha Lutz é a líder da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino fundada em 1922, principal articulação da luta sufragista por meio de vínculos propagados por todo país. O voto é conquistado em 1932 e incorporado à constituição de 1934 (COSTA, 2005). Também em 1922, em Santa Catarina, Antonieta de Barros, mulher negra, funda o Jornal A Semana, que fazia parte da Imprensa Negra⁶. Antonieta de Barros se tornou ativista de notoriedade na luta pelo sufrágio

⁶De acordo com Sales Júnior (2009, p. 42-43), a imprensa negra surge como uma alternativa, um local para manifestar desejos, denúncias contra o racismo, como também a vida associativa, social e cultural e divulgação da produção de intelectuais negros/as. Os jornais eram elaborados “por pessoas negras para pessoas negras”. Entretanto, Sales Júnior (2009) explica que pelo motivo da imprensa negra ser extremamente subdividida nas suas informações e por ter público-alvo específico não participou com comentários e notícias em seus jornais sobre, por exemplo, a Coluna Prestes e a Revolução de 30. Assim como não divulgou a participação das pessoas negras nesses e outros acontecimentos históricos, o que resultou na isolamento do movimento negro dos demais movimentos políticos, dando-lhes, segundo o autor “um caráter meramente integracionista ou assimilacionista em que não contestavam a ordem social estabelecida, mas buscavam participar dela”. “Em São Paulo, a primeira publicação caracterizada como sendo imprensa negra foi o Jornal A Pátria, Órgão dos Homens de Cor, de 1899. No entanto, houve outras publicações importantes, como O Menelick (São Paulo – 1915), jornal cujo título homenageava o Imperador etíope Menelick II, que venceu os italianos na batalha de Adwa (1896), impedindo a colonização da Etiópia. Mas, foi o alvorada, publicado em Pelotas (RS), o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país: durou de 1907 a 1965” (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011, p. 154).

feminino, ela também foi “a primeira mulher negra a assumir um cargo no Legislativo” (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011, p. 154). O voto feminino obrigatório só ocorreu em 1945, entretanto ainda não exigia a obrigatoriedade do voto às mulheres que não exercessem profissão rentável ou ocupassem cargos públicos; e as analfabetas e os analfabetos só tiveram o direito conquistado em 1985, o que significa dizer que o voto de 1932 só atingiu uma pequena parte das mulheres brasileiras (VOGEL, 2012).

Seguindo a tendência dos movimentos sufragistas dos Estados Unidos, no século XX, o movimento feminista começa a se desmobilizar após a conquista do voto de 1932. No entanto, a União Feminina de 1935, organização apoiada pelo Partido Comunista Brasileira e o Comitê de Mulheres pela Anistia de 1948 são fortes presenças na mobilização feminina. Já em 1964, o golpe militar, os movimentos de mulheres e movimentos populares foram silenciados e massacrados (COSTA PINHEIRO; SIMÕES; JAQUETTE; COSTA, 1981, 1985, 1994, 2005).

2.3 Breve Contextualização do Surgimento do Movimento Negro no Brasil e a Inserção das Mulheres Negras

O primeiro momento de resistência negra ocorreu no período do Brasil Colônia de 1530 a 1888⁷. Após a Proclamação da República (1889), as populações indígenas⁸ e negras prosseguiram excluídas e invisibilizadas, foi a partir daí que começaram a surgir Organizações Negras, sendo maioria urbana. Mulheres negras e homens negros batalhavam pela participação na sociedade brasileira que estava em processo de urbanização e industrialização. No campo, o direito à terra se torna a principal reivindicação das mulheres

⁷ O Quilombo dos Palmares representa o período mais extenso da resistência do povo negro (1595-1695), ele possuía diversos quilombos menores na sua estrutura, cada qual era liderado por uma pessoa. Nestes, duas mulheres negras lideraram o quilombo de Palmares: a Princesa Aqualtune e Acotirene. Há poucos dados sobre Acotirene, como também sobre outras mulheres negras líderes de quilombos. Entretanto, a história da Princesa Aqualtune, se passa no século XVII, herdeira de um rei do Congo, ela liderou 10 mil homens em combate. Ao perder uma das guerras foi presa e desembarcada no porto de Recife, principal centro de produção de cana de açúcar da América portuguesa. Aqualtune foi parar na região do Porto do Calvo, no sul do Recife, havia sido vendida para desempenhar a função de procriadora. Entretanto, não muito longe se localizava o Quilombo dos Palmares, assim, Aqualtune começou a se organizar junto as/os demais mulheres negras e homens negros e fugiu em direção à Palmares. (SANTOS, 2011, p.17-19).

⁸ Os portugueses apoderaram-se do Brasil no período da colonização; O povo indígena luta pelo direito à terra, usufruído pelos colonizadores. Várias indígenas se uniram as/os quilombolas e atuaram na luta pela liberdade e pela terra (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011, p.140).

negras e homens negros, esse direito proporcionaria uma vivência ligada as suas tradições, o direito a existir enquanto grupo étnico (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011)

Associações, grêmios, clubes e a imprensa negra foram criados para combater a marginalização em curso. A União Operária Internacional (Rio Grande do Sul, fundada em 1897) lutou contra condutas escravistas de trabalho; Em Recife no final do século XIX, as agremiações carnavalescas e o Clube das Pás, dos Lenhadores, Vassourinhas organizaram festas e desfiles que incentivavam a reunião de pessoas negras; O Centro Etiópico Monteiro Lopes em Pelotas, RS, fora criado para assegurar a posse do deputado negro Monteiro, eleito pelo Rio Grande do Sul em 1909. A inserção das mulheres negras nas associações se dava através da preparação dos bailes, das festas e da oferta de cursos de alfabetização para adultos (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011).

Consoante Sales Júnior (2009), em 16 de setembro de 1931 é fundada a Frente Negra Brasileira (FNB) que foi marcada pelo discurso politizado. A Frente conseguiu filiar seis mil pessoas. Uma perspectiva direitista ocasionou a simpatia de vários seguidores da FNB sobre o integralismo e nazismo. Em torno de 1932, surge a Ação Integralista Brasileira que possuía “como características o anticomunismo, a simpatia pelo fascismo europeu, o nacionalismo, a oposição ao sistema político liberal e o respeito aos valores autoritários como a disciplina e a ordem” (GRANATO, 2000, p. 113 apud SALES JÚNIOR, 2009, p. 50).

Na FNB existiam duas organizações femininas, a Rosas Negras, liderada por Bendita da Costa com o intuito de organizar as festas e as reuniões literárias e a Cruzada Feminina, encabeçada por Jersen de Paula Barbosa com o objetivo de angariar fundos para o trabalho da FNB. As mulheres negras da FNB também lutavam pela participação no mercado de trabalho, assim como pelos direitos das empregadas domésticas e pela remuneração salarial. Em 1936, Laudelina Campos de Melo, associada da Frente, funda a Associação das Empregadas Domésticas de Santos, em São Paulo (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011, p. 160).

Criado por Abdias do Nascimento, em 1944 surge o Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro. O TEN objetivava:

[...] resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde

os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

Fez parte da estrutura do TEN, o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Ao trazer o discurso da presidente do conselho Maria Nascimento, Damasco (2009, p. 58), pondera que a finalidade do conselho era propiciar um sustentáculo sólido educacional, econômico e social às mulheres negras e crianças negras.

Já no ano de 1950, o TEN realiza o I Congresso do Negro Brasileiro. Ao citar Nascimento (1982 [1968]), Maio (1999, p. 146) explana que em geral o evento tinha o intuito de unir cientistas sociais e intelectuais do movimento negro, à procura da agregação entre a pesquisa acadêmica e a intervenção política, objetivando a oferta de maneiras para a diminuição das desigualdades sociais entre pessoas brancas e pessoas negras.

O cenário de discussão racial mudaria em pouco tempo. Conforme Sales Júnior (2009, p. 69-70), com o golpe militar de 64, as liberdades políticas foram restringidas, mesmo assim, em 1966, o Brasil recebeu um Seminário Contra o *Apartheid*, o Racismo e o Colonialismo e o TEN preparou um protesto público no Teatro Santa Rosa, no Rio de Janeiro. Contudo, com a implantação do Ato-Institucional nº 5 (AI-5), ocasionando maior rigidez do regime autoritário e repressivo, Abdias do Nascimento teve que sair do país. Nesse momento, a questão racial transformou-se em objeto de segurança nacional, assim, fora vetada sua discussão.

2.4 Entrelaçando histórias: Feminismo Negro, Movimento Feminista e Movimento Negro

Como apresentado, as mulheres negras faziam parte das primeiras associações e da imprensa do Movimento Negro. No entanto, o papel delas, na maioria das vezes, era secundário na hierarquia interna do movimento (RIOS, 2014, p. 29). Segundo Andrée Michel (1982, p. 83 apud DAMASCO, 2009, p. 17-18), a partir da década de 1960, surge uma geração de mulheres universitárias e incorporadas em um âmbito de liberdade sexual, sobretudo, com o aparecimento da pílula anticoncepcional, essas mulheres marcaram a segunda fase do feminismo, organizando o movimento na Europa e nos EUA.

No Brasil, em 1975, o movimento feminista ressurgiu com o início do processo do regime militar e se dá o início das pesquisas acerca da mulher. Nesse momento (1970-1980), jornais da imprensa feminista começaram a circular, tais como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e o *Mulherio*. Conforme a pesquisa de Damasco (2009), devido à presença da militante negra Lélia González, o “Mulherio” é o jornal que mais pautava mulher negra brasileira da década de 1980, assuntos, a exemplo, das disparidades encaradas pelas mulheres negras no mercado de trabalho, “a mulata enquanto símbolo sexual”, análise contra a suposta democracia racial no Brasil, cultura africana, racismo no sistema educacional do país e a condição de mulheres negras e homens negros após cem anos de abolição da escravatura e a ligação das mulheres negras em relação ao movimento feminista. De modo geral,

[...] os jornais se tornaram, nas décadas de 1970 e 1980, num mecanismo de veiculação de ideias, reivindicações e lutas empreendidas pelas mulheres, tais como: anistia política, criação de creches, melhores salários e condições de trabalho, pelo fim da violência doméstica⁹, pela liberdade sexual e reprodutiva das mulheres. Os temas ora estavam relacionados exclusivamente às mulheres, ora à sociedade em geral. Eles eram debatidos no cenário público nacional do período e acabaram figurando nas páginas desses jornais (DAMASCO, 2009, p. 35).

Na mesma época, na metade de 1970, acentuou-se a oposição ao regime militar. Nesse período duas organizações políticas atuaram contra o racismo, são eles o movimento social independente – que acarretaria criação em 1978 do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) – e o Grupo de Negros do MDB (SALES JÚNIOR, 2009, p. 70-71). Em relação ao movimento feminista, no ano de 1975 acontece no México a Conferência Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual tinha a finalidade de discutir a situação das mulheres no mundo. Entretanto, Sueli Carneiro e Thereza Santos (1982, p. 4 apud CALDWELL) constataram que na década da mulher (1975-1985) proclamada pela ONU – período que houve uma profusão de estudos sobre a mulher brasileira – a questão de raça não recebeu muita importância “de forma a que as mulheres

⁹ Carneiro (2003b, p. 117), aponta que “a luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas”.

negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão”. Carneiro e Santos realizaram um estudo intitulado *Mulher Negra* (1985) acerca da condição profissional e educacional da mulher negra e enfrentaram dificuldades na realização pela falta de dados estatísticos sobre a população negra até então. No ano de 1975, O Manifesto das Mulheres Negras é apresentado no Congresso Brasileiro de Mulheres, que tivera papel fundamental para visibilizar a múltipla opressão que a mulher negra passa (CALDWELL, 2000).

O movimento feminista, de acordo com Damasco (2009), no Brasil até a década de 1980 pautou a dominação do homem, igualdade entre mulheres e homens e reivindicações sociais. As desigualdades dentro do movimento só aparecem com o processo de redemocratização do país pós-golpe-64. As questões ligadas somente ao gênero não atendia as demandas de todas as mulheres, visto que existem outras opressões que acarretam em vivências diferentes, tal como a raça. A universalidade do feminismo começa a ser questionada no final de 1980 e durante 1990.

Segundo Matilde Ribeiro (1995), o movimento de mulheres negras surge em meio à luta feminista e a luta antirracista. Tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, as mulheres negras aparecem como sujeitos subentendidos, de modo que, suas demandas específicas não eram questionadas explicitamente, pois no feminismo principiava-se uma hipotética igualdade entre todas as mulheres; no movimento negro não elucubrava as diferenças entre homem negro e mulher negra. As mulheres negras que participavam dos dois movimentos começaram a expressar a condição de divergências, invisibilização e entraram em organização de um movimento autônomo de mulheres negras. Sendo assim, no pensar de Carneiro (1993, p. 14), o movimento de mulheres negras surge definido por contradições que tem origem na ânsia de estabelecer a sua identidade política “a partir de suas especificidades, e ainda investigar no que estas especificidades consistem”.

Nota-se que essa necessidade de organização de um movimento que representasse de maneira mais completa as mulheres negras se dava por meio de que o movimento feminista se estruturou com acepções e demandas das mulheres brancas que faziam parte dele, que por muitas vezes, afastou as mulheres não brancas. A questão de se sentir representada/o é fator primordial para a adesão em movimentos. Assim, divide-se o pensamento inicial do feminismo como representado por feministas brancas; e o

movimento de mulheres negras por feministas negras, que vão trazer pautas que falem sobre suas vivências e várias opressões.

Embora as mulheres negras participassem dos encontros, seminários e congressos feministas e sua presença tenha aumentado ao longo do tempo, como suas demandas não eram atendidas especificamente, elas acabavam se reunindo em grupos menores para discutir suas pautas. Em dezembro de 1988 acontece o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, Rio de Janeiro. Esse encontro contou com a presença de 450 mulheres negras de 17 estados do Brasil, participaram também militantes do movimento de mulheres e representantes dos Estados Unidos, Equador e Canadá (CARNEIRO, 2004 apud DAMASCO, 2009; CARNEIRO, 1993). Para Carneiro (1993, p. 13), a mobilização se deu muito por ser o ano de cem anos de abolição da escravidão, momento:

[...] que exigiu de toda a militância negra do país um forte posicionamento no sentido de denunciar as precárias condições de vida da população negra no Brasil, [...] opondo, portanto, a possíveis propostas comemorativas da data, ações de denúncia e reflexão crítica sobre o negro (CARNEIRO, 1993, p.13)

A partir da década de 90, assim como no movimento feminista, as mulheres negras começam a se organizar em Organizações Não Governamentais (ONG's), mesmo contrariando algumas opiniões sobre os rumos em outra perspectiva fora da inicial que era um movimento autônomo. As lutas das feministas negras estavam, nesse momento, em volta da saúde reprodutiva, assim reivindicando seus direitos reprodutivos¹⁰. As manifestações se amparavam no alto índice de acontecimento da esterilização cirúrgica em massa que atingi as mulheres de baixa renda e era utilizada como políticas de controle de natalidade. A esterilização se dá através de uma cirurgia de laqueadura (ou ligação de trompas) bloqueia o encontro do óvulo com o espermatozoide. A questão se tornou um das situações a ser combatidas já na década de 1980 (CARNEIRO, 2003b; DAMASCO, 2009)

Em uma visão assinalada por Carneiro (2003b, p. 129), temos que o papel político protagonista da luta das mulheres negras vem se firmando como estímulo mobilizador para

¹⁰ Segundo a concepção de Miriam Ventura (2009, p. 19), os “Direitos Reprodutivos são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos [e filhas] e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza”.

designar as transformações das noções e o rearranjo da política feminista do Brasil. Essas concepções, por exemplo, estão atreladas tanto ao reconhecimento das diferenças entre as mulheres, como também no reconhecimento de privilégios das mulheres brancas enquanto grupo racial hegemônico.

A problematização de um feminismo negro é condensada à medida que a intersecção de fatores como raça, gênero – como também sexualidade e classe social – se constituem como parte integrante da vida, em exemplo, de uma mulher negra bissexual. Cada uma dessas vivências faz parte do ser e os efeitos discursivos delas constroem a identidade. Retomamos aqui os pensamentos sobre identidade de Hall e Woodward (2000). Assim como vamos utilizar, logo mais, o conceito de interseccionalidade para definir e dialogar sobre as temáticas do feminismo negro.

CAPÍTULO 3 - UM FEMINISMO QUE FALE SOBRE NÓS: FEMINISMO NEGRO DIALOGANDO PERSPECTIVAS

O Feminismo Negro surge com raízes no movimento feito pelas mulheres negras estadunidenses, mas também desde os pensamentos no começo da luta pelos direitos da mulher, por exemplo, Sojourner Truth¹¹, em um olhar que incluía raça e gênero. Mulheres negras norte americanas tal como Angela Davis (1982), Audre Lorde (1984), bell hooks¹² (1981), Kimberle Crenshaw (2004), Patrícia Hill Collins (2016) produziram trabalhos sobre a situação da mulher negra e a dimensão de gênero e raça. No Brasil Jurema Werneck (2007), Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), entre tantas, nos deram um olhar para problematizar a questão da mulher negra.

É nesse sentido, que a interseccionalidade, o mito da democracia racial, a hiperssexualização, os padrões de beleza e violência contra as mulheres negras são alguns dos pontos para, neste primeiro momento, abordar o feminismo negro.

3.1 A interseccionalidade e a relação com o Feminismo Negro

A feminista negra Kimberle Crenshaw, em 1989, foi quem deu nome ao conceito cujas questões há muito já eram problematizadas pelas mulheres negras inseridas nas discussões sobre os direitos da mulher. O seu artigo *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero* (2004) demonstra, como estudo inicial, que a discriminação racial e a discriminação de gênero agem unidas e acabam cerceando êxitos das mulheres negras, como também as leis e políticas protetoras das questões de gênero e das questões raciais raramente supõem que as mulheres negras são ao mesmo tempo mulheres e negras. A autora explica que o desafio da interseccionalidade:

[...] é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras

¹¹ Conforme Davis (2013) acontece em 1850 a primeira *National Convention on Women's Rights* (Convenção Nacional de Direitos das Mulheres) em Massachusetts (EUA). Sojourner Truth, mulher negra que havia sido escravizada, está entre as participantes. Em 1851, na Convenção de Direitos da Mulher em Akron, Ohio, Truth profere o seu discurso "*Ain't I a Woman?*" (Não sou eu uma Mulher?) que é um símbolo da história do movimento das mulheres negras que almejavam a liberdade da opressão racista e sexista. Sojourner rebateu os discursos sobre a supremacia masculina e derrotou o argumento da fragilidade feminina utilizado pelos homens contrários ao voto das mulheres. Com o discurso, Sojourner também apontou para o racismo e o preconceito de classe no emergente movimento de mulheres.

¹² Feminista negra estadunidense, ela usa o seu nome em letras minúsculas.

especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam (CRENSHAW, 2004, p. 09).

Crenshaw (2004) ainda explica que há um problema em pensar as questões de gênero e raça como se envolvessem categorias dicotômicas de pessoas. Para a autora (2004, p. 10), também interagem com a interseccionalidade as discriminações de idade e deficiência, entre outras. De acordo com ela “nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”, o que significa dizer que uma mulher, para além da categoria de gênero, pode estar atrelada a outros fatores que podem agir simultaneamente na sua vivência, como raça, classe e sexualidade.

Crenshaw (2004, p. 10-11) contextualiza a interseccionalidade ao contar que algumas mulheres negras declararam terem sido discriminadas pela empresa *General Motors*. No entanto, o tribunal queria a comprovação da acusação da discriminação racial e da discriminação de gênero, separadamente. A *General Motors* contratava homens negros, principalmente, para cargos de linha de montagem, mas também empregava mulheres brancas na função de secretárias¹³, nesse ângulo, o tribunal relatou não haver discriminação de gênero e nem racial, dado que a empresa admitia homens negros e mulheres brancas e, por esse motivo, argumentou que a acusação das mulheres negras era infundada; a situação foi embasada exclusivamente nas discriminações de gênero vivenciadas por mulheres brancas, assim como nas experiências de discriminação racial dos homens negros. Crenshaw explica que as mulheres negras não conseguiram evidências desassociadas (raça e gênero), pois se tratava de uma situação que só atingiam a elas, mulheres negras, por conseguinte o tribunal alegava a impossibilidade da combinação dos fatores raça e gênero.

¹³ Aqui nota-se uma divisão sexual do trabalho. Segundo Danièle Kergoat (2003, p. 1), essa divisão é um processo de construção social que são efeitos das relações sociais, por isso não é consequência do fado biológico. Mas o que acontece é a primazia dos homens ao campo produtivo e as mulheres à esfera reprodutiva, privilegiando-os a cargos de alto grande destaque social. Não obstante, a divisão sexual de trabalho não é determinista e a reflexão “implica estudar simultaneamente os deslocamentos e rupturas daquilo bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma desta divisão” (KERGOAT, 2003, p. 2). Contextualizando, na *General Motors*, as funções que o homem negro desempenha não lhes rendia destaque social, vemos que além da questão de gênero na divisão sexual do trabalho, há uma questão de raça.

Após esse cenário vivido por mulheres negras e para termos uma noção da união de fatores existentes em experiências, Crenshaw (2004) utiliza analogias a ruas com direção distintas e lhes confere pontos de cruzamento, chamando-os de “eixos de discriminação”. Existe uma rua para a discriminação racial e uma rua para a discriminação de gênero que se cruzam. O tráfego dos carros na interseção simboliza a discriminação operante e as políticas excludentes. Uma pessoa que esteja no centro pode enfrentar trombadas. Desse modo, Crenshaw divide as trombadas que atingem as mulheres negras em três pontos:

- 1) A discriminação contra grupos específicos: baseia-se na violência racial e étnica, como ocorreu nas guerras da Bósnia e em Ruanda, iniciadas e findadas na década de 1990, nas quais mulheres foram estupradas em violação dos seus direitos humanos. No caso de Ruanda, a autora infere que os direitos humanos das mulheres negras da etnia tutsi foram violados antes dos estupros ocorrerem, pois era atribuída a elas uma imagem de devassas e fáceis. Em outro exemplo, segundo Crenshaw (2004), em casos de estupro, as mulheres são julgadas, injustamente, pelo que faziam e/ou o que vestiam¹⁴, ao acrescentar a raça¹⁵ no contexto, ela conta que estudos mostram que mulheres negras têm a menor chance de serem legitimadas em casos de estupros, “há uma série de ideias e imagens que promovem algumas políticas públicas que acabam refletindo a interseção entre concepções de raça e de gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 13);
- 2) A discriminação mista ou composta: quando a discriminação de gênero e a discriminação de raça agem simultaneamente. Como foi o caso da *General Motors*, já explicado. As mulheres negras são afetadas de formas específicas;
- 3) A subordinação estrutural – Crenshaw prefere usar esse termo ao invés de discriminação, pois entende que “não há um discriminador ativo”. Um exemplo é o processo de políticas de ajuste estrutural¹⁶ impostas aos países subalternos, de modo

¹⁴ Em pesquisa divulgada no dia 21 de setembro de 2016, no Brasil, um/a em cada três brasileiros/as culpabiliza a mulher que foi estuprada. Veja matéria: < <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/09/pesquisa-sobre-quem-e-culpado-pelo-estupro-apresenta-dados-assustadores.html>>. Acesso em 22. set. 2016.

¹⁵ “É preciso discutir por que a mulher negra é a maior vítima de estupro no Brasil”, diz a feminista negra Djamila Ribeiro em entrevista ao *El País*. Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046_029192.html>. Acesso em: 22 set. 2016.

¹⁶ Para Batista, Camurça e Franch (2001, p. 16.17), “as políticas de ajuste estrutural são diretrizes econômicas e políticas de governo inspiradas nos princípios do neoliberalismo. Em toda parte onde são implantadas, seguem um modelo semelhante. Essas políticas foram sendo construídas e colocadas em prática ao longo dos últimos 50 anos, à medida que se sucediam crises na balança de pagamentos dos países ocidentais. Organizaram-se como modelo a partir dos anos 70 e consolidaram-se como programa, sobretudo nos anos 80”. Diferente de Crenshaw (2004), as autoras ponderam que essas políticas não sucederam de maneira inteiramente obrigadas,

que há diminuição de salários e reduz serviços sociais afetando a vida das mulheres marginalizadas economicamente, que acabam trabalhando em funções de “serviços de cuidados” como empregadas domésticas. Desse modo, esse ponto é o entroncamento da globalização, raça, gênero e da classe, questões que estruturalmente afetam a vida das mulheres negras ou das mulheres com outras interseções.

Patricia Hill Collins (2016, p. 108) também analisa a natureza interligada da opressão e discorre acerca do pensamento feminista negro, explicitando sua fundamental relevância ao alterar a abordagem desmembrada de gênero, raça ou classe a uma que almeja definir a ligação entre esses elementos. Em um contexto mais próximo e conforme a concepção de Carneiro (2003a), no artigo *Enegrecer o Feminismo*,

[...] um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Essa perspectiva do feminismo negro, para Carneiro (2003a), tem relação com livrar a sociedade da hegemonia construída pelo machismo, mas também superar as desigualdades da ideologia do racismo. De acordo com a autora, o racismo inferioriza a população negra em geral, em singular a mulher negra. Falando do Brasil, especificamente, Carneiro (2003a) afirma que o movimento de mulheres negras ao pautar no âmbito político as questões de gênero, da raça e da classe, sintetiza as reivindicações e lutas do Movimento de Mulheres e do Movimento Negro, Carneiro (2003a, p. 03) caracteriza essa atuação com a expressão “enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres [...] e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro”.

3.2 O mito da democracia racial e os efeitos dos estereótipos na vida das mulheres negras

Segundo Nilma Lino Gomes (2005, p. 58), o sociólogo Gilberto Freyre é referido por autores e autoras como o teórico que explanou e propalou o mito da democracia racial ao

pois “boa parte de nossas elites e governos de perfil liberal concordam com elas e, às vezes, são mais rígidos em sua aplicação do que os próprios países que as formularam”. Mas também as políticas de ajustes priorizam as demandas da economia no lugar das precisões dos grupos socialmente excluídos ou em desigualdades. Uma pesquisa de Analía Laura Batista salienta que, no Brasil, as mulheres seguem recebendo menor salário em relação aos homens, as mulheres negras ganham menos do que homens brancos, homens negros e mulheres brancas (BATISTA; BATISTA, CAMURÇA, FRANCH, 2001).

afirmar que índias/os, negras/os e brancas/os geradoras/es da sociedade brasileira conviviam em maior harmonia desde a escravidão ao contrastar com as demais sociedades multirraciais e/ou escravistas. Essa visão foi divulgada através, especialmente, do seu livro *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933. Freyre falava que o português era um colonizador brando com a população indígena e negra escravizadas, de modo geral, assim como nas relações afetivas. Entretanto é sabido da irrealidade da ideia, pois o colonizador branco praticava estupros, entre diversas outras violações, contra a mulher negra e a mulher indígena. Conforme Gomes (2005, p. 58), o livro de Freyre foi altamente divulgado no Brasil e no exterior e difunde a ideia de uma relação amigável entre as raças, ou seja, uma democracia racial. A autora frisa que esse pensamento autoritário e irreal é eficiente às elites de poder, principalmente nos momentos de ditaduras.

O sociólogo Florestan Fernandes na sua tese *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) utilizando a cidade de São Paulo como campo para abordar o *mito da democracia racial*. Ao analisar as relações entre pessoas brancas e pessoas negras afirmou que se constituía em mito e que ele:

[...] auxiliou a manter quase intato o arcabouço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base social da hegemonia da camada senhorial, da autonomia da “raça branca” e da heteronomia da “raça negra”. Ao se ligar a esse efeito, é evidente que o mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado (FERNANDES, 2008, p. 319).

Essas relações sociais construídas irão interferir nas questões atuais da vida da população negra. Conforme Gomes (2005, p. 57), é possível entender o mito da democracia racial como um transpassar ideológico, o qual procura recusar a desigualdade racial entre pessoas negras e pessoas brancas como consequência do racismo, alegando que as chances e o tratamento são iguais para os dois grupos.

3.2.1 Mulher Negra: a construção de estereótipos e sua difusão

Ao questionar a democracia racial e em meio à sociedade racista, sexista, machista, misógina, capitalista e LBTfóbica¹⁷, entre outras, as mulheres inseridas nas suas especificidades e/ou interseções podem ser objetificadas e/ou hipersexualizadas de modos diferentes e, ao trazer ao contexto a teorização de Crenshaw (2004), percebemos que as opressões podem ser sobrepostas. Lélia Gonzalez (1984, p. 228) analisa o mito da democracia racial exemplificando através dos desfiles das escolas de samba, a mulher negra, explorada e empobrecida, se modifica na rainha exaltada na “cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la”, à vista disso, Gonzalez afirma que o mito da democracia mascara algo ademais do que evidencia.

A mulher negra, nesse contexto, é objetificada e sexualizada por homens com o estereótipo de ser “boa de cama” e o efeito da violência age de um modo implícito. Se colocarmos as raízes históricas do problema, veremos que a construção dos estereótipos vem desde a escravidão. A palavra mulata/o é frequentemente utilizada para designar a miscigenação entre pessoas negras e pessoas brancas, entretanto mais do que isso, origina-se a partir do termo mula, mistura de uma égua com um jumento, animal híbrido estéril. Conforme Mariza Corrêa (1996, p. 44) perdurou por demasiado tempo o debate sobre mulatos/as serem ou não estéreis. Por esse ângulo, como também pela erotização do corpo, a mulher negra estereotipada é violentada de maneira racista e machista; percebe-se, além disso, que a aplicação da palavra mulata – para caracterizar/denominar uma mulher negra – requer problematização, pois traz inúmeras implicações.

A partir da questão da mulata e da empregada doméstica, Gonzalez (1984) pormenoriza a relação e afirma que tais atribuições fazem parte de um mesmo sujeito, dessa forma a vinculação a um ou a outro termo depende da maneira como as mulheres negras são vistas.

Nesse sentido vale apontar para um tipo de experiência muito comum. Refiro-me aos vendedores que batem à porta da minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: “A madame está?” Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo

¹⁷ Falar de LBTfobia significa colocar em discussão a vivência das lésbicas, bissexuais e trans. Neste trabalho, não estamos tratando de modo específico a sexualidade das mulheres negras. Mas é importante salientar que elas existem e a sobreposição das vivências – se tratando da hipersexualização – é acionada de modo diferente das mulheres negras heterossexuais, por exemplo.

“cordial” brasileiro. Outro tipo de pergunta que se costuma fazer, mas aí em lugares públicos: “Você trabalha na televisão?” ou “Você é artista?” E a gente sabe que significa esse “trabalho” e essa “arte” (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Assim, Gonzalez nos conta uma vivência pessoal para contextualizar as noções construídas da mulher negra estereotipada. Nessa perspectiva, ela aborda historicamente a figura da mucama e compreende que a mulata e a empregada doméstica foram criações baseadas nela, a qual era sexualizada, estuprada, subjugada e obrigada a realizar serviços domésticos às pessoas brancas.

Outra questão que difunde estereótipos é a midiaticização das ideias. Carneiro (2003b, p. 125), salienta que a pequena participação da mulher negra na mídia é orquestrada em dois tipos de estereótipos: a mulata e a empregada doméstica. Para Gonzalez (1984), além das questões que envolvem esses dois estereótipos, existe ainda, entre outros, a figura da mãe preta, que é aquela que exerce a maternidade cuidando das/dos filhas/as da mulher branca. Nesse sentido, podemos interpretar os estereótipos refletidos e produzidos pela mídia, engendrados em meio à dita democracia racial, tal como a barraqueira – mulher negra forte que incita confusões; a mulher negra subserviente – representada, na maioria das vezes, como empregada doméstica, a cuidadora; além da representação da mulher negra hiperssexualizada. Também é possível inferir que existe um padrão de beleza branco na mídia. Por conseguinte, é importante destacar que mulheres brancas, apesar de ter uma variedade de representações na mídia, também passam pela hiperssexualização de seus corpos. Nessa acepção, segundo Carneiro (2003b, 125), por lesar a afirmação da identidade racial e o valor social das pessoas negras, os meios de comunicação compõem o agendamento das pautas do movimento de mulheres negras.

A construção da identidade negra no contexto da propagação da ideia do Brasil miscigenado e, por isso, um país com a falácia da inexistência do racismo, se mostra barrada por diversos aspectos. Para Gomes (2005, p. 43), essa identidade é uma construção social, histórica, cultural e plural, dessa forma “implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”. É possível um diálogo com as noções de identidade já definidas neste trabalho, com Gomes (2005), a afirmação da identidade negra também é uma questão política, nesse sentido, opõem-se a perpetuação de estereótipos.

Ainda há a problematização da solidão da mulher negra. Com a difusão dos estereótipos, a mulher negra passa a não se encaixar no padrão midiaticizado, minando os possíveis relacionamentos afetivos. É por aí que Carneiro (2003b, p. 122), explica a importância da reafirmação das mulheres negras além da violência doméstica e sexual – impactantes na vida de mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais –, tendo em vista que, entre outros pontos, a violência racial prejudica a autoestima e a representação de uma imagem positiva.

3.3 A Violência Contra a Mulher Negra

A violência pode incidir em variadas situações, afetando o corpo físico e/ou o psicológico. A Lei Maria da Penha¹⁸ utiliza e conceitua cinco tipos de violência doméstica ou familiar, resumidamente, a violência física: qualquer ato que atinja a integridade ou a saúde do corpo; violência psicológica: se configuram como ameaças, lesão emocional, manipulação, ridicularização, entre outros pontos; violência sexual: estupro, proibir o direito à sua sexualidade, obrigar ao aborto, a continuar uma gravidez, qualquer meio que a impeça os direitos reprodutivos; violência patrimonial: qualquer ato que represente a contenção, diminuição, perda total ou parcial dos seus utensílios, dos bens, dos documentos ou recursos para sobrevivência; violência moral: calúnia, difamação ou injúria. Nessa perspectiva, a lei protetiva das mulheres destina-se a coibir novos casos de violência. A lei também prevê no título III, capítulo I, Artigo 8º, inciso II:

A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas (BRASIL, 2006).

Por esse ângulo, em artigo de Tânia Almeida e Bruna Pereira (2012, p. 44-45), as autoras abordaram os estudos sobre a violência contra a mulher e fincam que no desenrolar dos anos várias pesquisas surgiram acerca da temática, no entanto não foram criados

¹⁸ Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, recebeu o nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica cearense. Em 1983, Maria da Penha foi alvejada por Marco Antonio Heredia Viveros, seu marido na época, em consequência dessa violência ela ficou paraplégica; Marco Antonio tentou matá-la novamente ao eletrocutá-la. Ela começou um processo contra o agressor e saiu de casa com suas filhas. Com muita luta de Maria da Penha e após 19 anos, houve a condenação de dez anos, entretanto ele só cumpriu dois anos em regime fechado. Maria da Penha é símbolo de luta da violência contra a mulher (BRASIL, 2010, p. 5).

mecanismos para conhecer e reconhecer as vivências das mulheres negras¹⁹, como também dos agressores brancos ou negros. Nota-se essa situação no Mapa da Violência 2012, pesquisa realizada pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, em seu caderno complementar e na sua atualização de dados, intitulado *Homicídio de Mulheres no Brasil*²⁰, não há menção sobre o grupo racial das vítimas. Embora traga dados sobre a idade, o local da residência das vítimas e a relação com a pessoa agressora.

Em outro caderno complementar *A cor dos Homicídios no Brasil*, também do Mapa da Violência 2012, temos a especificação de raça atrelada à violência contra a juventude negra no país. Waiselfisz (2012, p.5-6) justifica que o termo raça/cor tarda a apresentar-se como ponto ou capítulo dos estudos, não pela noção da magnitude ou insipiência do problema, mas em razão das barreiras para obter os dados, por exemplo, o Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), como única fonte que investiga nacionalmente as questões de raça nos casos de homicídios e só adicionou o tema em 1996. Mas também por, mesmo assim, haver um alto índice de subnotificação da raça nos casos de homicídios. Só a partir de 2005, aparece nos mapas a questão racial com a sinalização da intensificação progressiva dos casos de violência contra pessoas negras ao longo dos anos.

Contudo, ainda nesse estudo, não há a abordagem de estatísticas sobre a violência contra as mulheres negras. Mas a tematização da violência contra a juventude negra é imprescindível, sendo debate do movimento negro e aparato para subsidiar a comprovação de um genocídio da juventude negra em curso, que também afeta a vida das mulheres negras mães por ter seus filhos e filhas assassinados/as, situação pela qual majoritariamente o jovem negro é mais atingido²¹.

¹⁹ As autoras em vez do termo “negras” empregam “pretas e pardas”, assim como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como sistema de autodeclaração, as terminações preta e parda fazem parte da categorização dos dados das pessoas negras. Aqui neste trabalho, utilizo a palavra “negra/o” ou preta/o, uma maneira de negação do termo “parda”, que também é utilizado como tentativa de embaquecimento e reproduzindo o “não pertencimento” a identidade negra. Almeida e Pereira usam o termo “negra/o” para falar do movimento negro.

²⁰ Para acessar os dados da atualizados do Homicídio das Mulheres 2012, veja: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php>. Acesso em: 29. set. 2016.

²¹ “A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado, diz CPI”. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em: 29. set. 2016.

Em 09 de março de 2015 é sancionada a Lei do Feminicídio (Lei nº 2.848/2015) que especifica o crime da violência contra a mulher e torna-o agravante do crime de homicídio, a pena ainda é aumentada caso a vítima esteja grávida ou após três meses do parto, seja menor de 14 anos, maior de 60 ou com deficiência, como também na presença de parentes, como filhas/os.

No mesmo ano da promulgação da lei, no que concerne à violência contra mulheres negras, o Mapa da Violência 2015 trouxe a pesquisa sobre o *Homicídio de Mulheres no Brasil* e apresentou dados sobre a mulher negra. No Mapa, as mulheres brancas apareceram como vítimas de assassinatos em 1.747 casos no ano de 2003, caindo para 1.576 em 2013, uma queda de 9,8% entre 2003 e 2013. No mesmo período, verificou-se um aumento de 1.864 para 2.875, equivalendo a 54% a mais de mulheres negras que foram assassinadas. Situando o contexto a partir da vigência da Lei Maria da Penha até 2013, observa-se que entre as mulheres brancas há uma queda no número de vítimas de 2,1%, já entre as mulheres negras existe um aumento de 35%. Verifica-se também que a cada 100 mil habitantes, a taxa de vítimas negras aumentou de 4,5 em 2003 para 5,4 em 2013, representando um aumento de 19,5%; entre as vítimas brancas caiu em 11,9% de 3,6 para 3,2 a cada 100 mil habitantes. Esse Mapa da Violência ainda pontua as formas de agressões que levaram as mulheres, de modo geral, à morte, as armas de fogo representam 44%, sendo a maior taxa nos casos (WAISELFISZ, 2015).

Percebemos que a violência age de modo diferente nas mulheres e para além de estatísticas, estamos focando na dimensão dos problemas enfrentados pelas mulheres, em especial, por mulheres negras, de maneira que nos últimos anos vêm sendo cada vez mais vitimizadas pela sociedade. O autor ressalta que pesquisa do Mapa da Violência não é um diagnóstico, mas meio de auxiliar um debate indispensável. Nesse sentido, podemos frisar que as mulheres negras precisam ser pautadas de modos específicos e na perspectiva do feminista negro e/ou interseccional.

CAPÍTULO 4 – CIBERATIVISMO: REDES SOCIAIS COMO DIFUSÃO DE IDEIAS, LUTAS SOCIAIS E PRODUTOS JORNALÍSTICOS

Para abordarmos este quesito é preciso trazer em voga o surgimento do computador e conseqüentemente a noção do ciberespaço. Pierre Lévy (1999, p. 31), comenta que em 1945 emergem os primeiros computadores - calculadoras programáveis habilitados para guardar programas – na Inglaterra e nos Estados Unidos. O seu uso civil só foi possível no decurso dos anos 60, sendo antes restringido aos militares com a finalidade de cálculos científicos. No entanto, além dos cálculos, se voltava para realização de dados estatísticos dos Estados e das grandes empresas ou a trabalhosas atividades de gestão, como folhas de pagamento. Em 1969, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (ARPA/DARPA, sigla em inglês) instaurou a “revolucionária rede eletrônica de comunicação” que foi progredindo ao longo de 1970 e viria a se transformar na Internet. Também nessa década o movimento californiano *Computer for the People* inventa o computador pessoal, em feito torna possível o uso pelas pessoas físicas com seu preço mais acessível, assim, a nova invenção se transmuta em aparato, por exemplo, de produção de textos, de imagens e de músicas. Nesse contexto, a informática, a partir dos anos 80, se desfaz de forma progressiva da condição técnica e de setor industrial particular para iniciar a fusão com a telecomunicação, a televisão, o cinema e a editoração. Tendo em vista a emergência da nova tecnologia, no final de 80 e começo de 90, as distintas redes de computadores agregaram-se no mesmo momento em que houve aumento na quantidade de pessoas e computadores conectados à internet (CASTELLS, 1999, p. 64; LÉVY, 1999).

O surgimento do computador e da internet vai incidir em transformações na sociedade. Lévy envolve esses pontos para nos conceituar e analisar o ciberespaço, termo criado em 1984 por William Gibson, em seu livro de ficção científica *Neuromancer*. A palavra no livro nomeia, de acordo com Lévy (1999, p. 92), “o universo de redes digitais, descrito como campo de batalha entre multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural [...] Alguns heróis são capazes de entrar “fisicamente” nesse espaço de dados para lá viver todos os tipos de aventura”. O autor afirma que o ciberespaço de Gibson mostrava a “geografia móvel da informação”. A palavra cunhada por Gibson foi logo depois recuperada e colocada em uso por quem criou e por quem utilizava as redes digitais. Nesse sentido, Lévy (1999, p. 92) analisa “o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto

pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Dessa forma, as novas dinâmicas sociais de interligação formam:

[...] a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes **modifica de forma substancial** a operação e os resultados dos **processos produtivos** e de experiência, poder e cultura [...] o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, [...] essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder é mais importante que os fluxos de poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de **sociedade em rede**, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social (CASTELLS, 1999, p. 497, grifo nosso).

Essa nova configuração que aponta os conceitos de ciberespaço de Lévy (1999) e da sociedade em rede de Castells (1999) implica na mudança das relações sociais interpessoais. Para destrinchar a conceituação da sociedade em rede, tendo como base a citação acima, Castells (1999, p. 498) salienta a rede como “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho)”. Nessa interpretação, a acepção de Lévy (1999, p. 130) sobre cibercultura pode ser um entrelaço para a compreensão de ciberespaço e da sociedade em rede. Para o autor a cibercultura é a manifestação do desejo da formação de um vínculo social – não ligado às relações de poder ou institucionais – de interesses comuns sobre “jogo, sobre compartilhamento de saber, sobre a aprendizagem coletiva, sobre processos de colaboração”. Desse modo, é possível estar participando de uma cultura difundida e produzida em meio às redes. Entretanto, questões de poder também refletem nas relações.

Dando ênfase à explanação dos fluxos de poder (ou relações de poder) da sociedade em rede, Castells (1999, p. 499) refere-se aos “fluxos financeiros” que se encarregam do comando da grande mídia, processo que tem efeito nas questões políticas. Nesse sentido, o autor demonstra que as interligações que conectam as redes correspondem aos aparelhos com regalias de poder. As pessoas que conectam as redes são as possuidoras do poder. As diversas redes e as ligações entre elas convertem-se em “fontes fundamentais de formação, orientação e desorientação da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 499).

Partindo da contextualização de Castells (1999) para abordar as mudanças na sociedade a partir das relações de poder, podemos inferir que as novas configurações trazidas pela internet incidem na forma de proliferação de informações. O jornalismo passou a migrar para outra plataforma, como também utilizou de novos elementos para construir o conteúdo a ser divulgado. Dessa maneira, apesar das antecessoras formatações continuarem massivamente, como a telejornalismo e o radiojornalismo, a grande mídia, por exemplo, acaba se adaptando e desenvolvendo artifícios para participar do meio virtual. É por aí que vamos abordar o nascimento do webjornalismo.

4.1 Do Jornalismo ao Webjornalismo: transformações e práticas discursivas

O Jornalismo²² durante o século XX passou por conversões, a televisão chega como mais um meio de comunicação, assim passa a configurar o telejornalismo – além do jornalismo impresso e do rádio. Empresas da área começaram a se transfigurar em negócios lucrativos, havendo uma expansão do público. No Brasil, nesse momento, houve a adesão das empresas de comunicação ao jornalismo que pretendia ser “isento”, “empresarial” e “moderno” – seguindo o modelo norte-americano –, em permutação do jornalismo de “opinião”, “de combate” ou “literário” (BIROLI, 2007, p. 118). Segundo Biroli (2007, p. 118), essas expressões para definir o jornalismo diversificam entre os/as autores/as da área, porém constituem um grupo moderadamente uniforme de adversidades que arquitetam as perspectivas predominantes no que diz respeito ao “novo jornalismo” do século XX.

Por essa perspectiva e agora enfatizando a chegada da internet nas relações com o jornalismo, Bianco (2004, p. 06) visibiliza que a internet dispõe de uma forma mais viável de lograr imediatamente informações primordiais para o acabamento dos textos jornalísticos. A autora ressalta que esse modo de operacionalização das rotinas jornalísticas²³ leva à

²² O Jornalismo se configura através de várias expressões e publicações. Podemos falar, de modo geral, que um assunto que pretende ser publicado – seja em qual tipo de meio de comunicação for (impresso, rádio, televisão ou internet) – requer uma averiguação dos fatos e de fontes que caibam no assunto abordado. Entretanto, também há o jornalismo opinativo – que baseado em fatos – remete a uma opinião de quem escreve ou do veículo de comunicação. A imprensa feminista e da imprensa negra, que vimos no segundo capítulo, faziam um meio alternativo de comunicação contra a hegemonia das notícias e opiniões da grande imprensa – que se transformaram em veículos que atingiam a grande população e empresas lucrativas de comunicação.

²³ O nosso objetivo neste capítulo não é destrinchar detalhadamente as formas de rotinas jornalísticas (novos meios de produção e averiguação das informações utilizando a internet para contato com fontes), mas utilizamos a questão como contexto das mudanças advindas da internet, para enfim, chegarmos ao nosso objetivo de análise neste trabalho.

uniformização dos discursos, pois as/os jornalistas recorrem às mesmas pessoas (fontes) para entrevistar.

Nesse contexto, o discurso nos meios de comunicação pode ser proferido através de diversas instâncias relacionadas, o que pode provocar um processo hegemônico e o perpassar de estereótipos de determinados grupos sociais, por exemplo, da mulher negra, problematização situada no capítulo anterior. Trazendo para a questão das novas tecnologias, além das mudanças no processo de produção das rotinas jornalísticas, segundo Agnez (2012, p. 38), a Internet também se converteu em mídia, meio de publicação e disseminação de notícias através dos veículos de comunicação, processo que desencadeou o aparecimento do webjornalismo. Sendo assim, uma das modificações que podemos destacar no modo de fazer jornalismo é a hipertextualidade²⁴ e a interatividade das/dos usuárias/os da rede com os veículos de comunicação e a possibilidade das pessoas produzirem discursos e conteúdo alternativo.

4.2 O uso da internet: ciberespaço e a população brasileira

Segundo Lemos e Lévy a percepção da dimensão do ciberespaço tem como efeito maior liberdade individual e coletiva, como também mais comunicação e dependência mútua. O ciberespaço possibilita uma liberdade de expressão e comunicação em proporção planetária. Além disso, os conteúdos na rede informacionais são infindavelmente maiores do que nas mídias antecessoras. Por essa concepção, o ciberespaço evidencia a elaboração de maneiras de comunicação “mais amplas, abertas, multidirecionais, diferentes das funções massivas que são baseadas apenas na divulgação de informação para um público homogeneizado” (2010, p. 52 e 55).

Na pesquisa realizada entre novembro de 2015 e junho de 2016 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cgi.br) - que tem como estudo as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e objetiva analisar o uso do computador, dos celulares e da internet – a TIC Domicílio 2015²⁵ demonstra que 58% da população brasileira utilizou a internet até três

²⁴ Conforme a conceituação de Lévy (1999, p. 27), a hipertextualidade ou o “hipertexto é um texto em formato digital, reconfigurável e fluido. Ele é composto por blocos elementares ligados por links [ou hiperlink é um texto em destaque que ao clicar redireciona para outros textos] que podem ser explorados em tempo real na tela. A noção de hiperdocumento generaliza, para todas as categorias de signos (imagens, animações e sons etc.), o princípio da mensagem em rede móvel que caracteriza o hipertexto”.

²⁵ Pesquisa disponível em: < <http://cetic.br/tics/usuarios/2015/total-brasil/C2/>>. Acesso em: 07. out. 2016.

meses antes do estudo. Esse número está mais concentrado na população com grau de ensino superior e na população mais rica, sequencialmente representam 92% e 96% de usuárias/os participantes dos pontos supracitados. Em uma proporção de gênero, 58% da população feminina acessou a internet e em relação à masculina evidencia-se 59% da população. Sendo assim, há uma centralização e conseqüentemente a possibilidade de alternativas de acesso a possíveis conhecimentos através do ciberespaço são restringidos, visto que 64% da população mais pobre nunca acessou a internet.

4.3 O Surgimento Ciberativismo: possibilidades de produção, proliferação e questionamentos

A ideia de um jornalismo estritamente objetivo com a função apenas de relatar as notícias tais como elas, além de ser uma falácia construída²⁶, serviu para deslegitimar as produções jornalísticas realizadas por movimentações sociais. Desse modo, conforme Castells (2006), o “jornalismo militante, ideológico, a mídia engajada”, ao longo de muitos anos foi tido como uma mídia desqualificada, pois não possuía a objetividade jornalística e nem quem consumisse. Nota-se que essa relação está ligada a quem consome e a quem produz/divulga, ou seja, a informação é tida como uma mercadoria. Também há a relação de quem emite e quem recebe – mesmo que não seja de modo passivo – a informação.

Pensando nisso, Castells (2006), nos direciona ao sentido da *Mass Self Communication* (intercomunicação individual)²⁷, que, segundo ele, se mostra presente na internet e nos telefones celulares e consiste em uma nova comunicação de massa, contudo feita, recebida e vivenciada individualmente. O autor depreende que por intermédio da era da intercomunicação, “os movimentos sociais e os indivíduos em rebelião crítica comecem a agir sobre a grande mídia, a controlar as informações, a desmenti-las e até mesmo a produzi-las”. Nesse ponto de vista, podemos falar das redes sociais e o papel em oposição aos discursos das grandes empresas de comunicação.

4.3.1 Redes sociais: âmbitos de produção e divulgação de informação

²⁶ A problematização da mídia como suporte para a perspectiva de isenção e objetividade no jornalismo leva a questão de que pessoa que reporta uma notícia vai utilizar de palavras e expressões para construir o texto, desse modo, a objetividade não é real, pois à medida das escolhas das palavras podem dar ênfase ou não a certos pontos. Ver questões de discurso.

²⁷ Texto disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1915>>. Acesso em: 08. out. 2016.

Para Lemos e Lévy (2010, p. 54 e 101), a comunidade virtual (blogs, redes sociais, sites, por exemplo) é um conjunto de pessoas que estão ligadas por meio do ciberespaço, servindo também como um dos mecanismos para a prenunciada ciberdemocracia, que é “um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em espaços abertos de comunicação e de cooperação”. O conceito de ciberdemocracia remete à compreensão da democracia no sentido de direitos e liberdades que conduzem à dignidade dos indivíduos. Para os autores, “a democracia e o ciberespaço vão se engendrar mutuamente em um círculo autocriativo e global” (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 55).

As primeiras congregações de pessoas em torno do computador foram iniciadas nos anos de 1970 nos EUA (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 101-102). À vista disso, as universidades, docentes e discentes deram início a uma conversa por mensagens pela emergente internet por meio de e-mails e grupos de discussão, formando integrações eletrônicas no ciberespaço. Em efeito, Raquel Recuero (2014b), ao citar sua obra *Redes Sociais na Internet* (2009), versa que:

[...] as redes sociais são metáforas para o estudo dos agrupamentos sociais. Uma rede é, assim, uma forma de representar um grupo, onde os atores podem representar indivíduos e instituições e suas conexões as relações entre esses atores. Redes sociais são parte da sociabilidade humana e assim, seu estudo está focado nos modos sociais dos indivíduos e na estrutura da sociedade (RECUERO, 2014b, p. 02).

Assim sendo, no momento em que a pessoa compõe a sua representação no espaço online das redes sociais e instaura ligação com as demais pessoas, ela, além de exprimir seus agrupamentos sociais, está, ao mesmo tempo, ampliando-os e transformando-os em mais profundos, visto que os sites de redes sociais²⁸ proporcionam ferramentas para disseminar e receber informações de modo abrangente (RECUERO, 2014b). As redes sociais também facilitam o contato virtual com a família que esteja em outras cidades, estados ou países, como também com outras pessoas, desse modo, ela desterritorializa relações, existindo assim também proximidades – como já comentado – por interesses em comum (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 105).

²⁸ Os sites de redes sociais são “ferramentas que permitem o estabelecimento de perfis individuais que representam atores sociais, de conexões entre esses atores e da possibilidade de navegar por essas conexões de forma pública ou semi-pública. O site de rede social, assim, é o suporte que proporciona aos indivíduos “traduzir” e complexificar suas redes sociais” (BOYD e ELLISON (2007), citado por RECUERO (2014b, p. 01-02)).

Ao transferir essa abordagem para as questões que envolvem as redes sociais e o jornalismo, podemos citar novamente Recuero (2009), a autora designa três tipos de relação entre elas: redes sociais como produtoras de informação; redes sociais como filtros de informação ou redes sociais como reverberação dessas informações. A primeira está ligada as redes sociais como fontes de informações, de modo que, por exemplo, pessoas participantes de um protesto podem publicar em primeira mão o acontecimento ou a organização de manifestações são possibilitadas através das redes sociais. Logo por isso, em bastante quantidade, as redes sociais podem influir no agendamento das notícias dos veículos de comunicação, assim como a movimentação dos atores sociais pode demonstrar os seus interesses individuais em concordância com os sociais.

A segunda se relaciona com a filtragem de informação que as redes sociais executam como reunir e republicar informações ou notá-las na própria rede, nessa ação existe a credibilidade dada ao veículo que divulgou a informação repassada pela rede social, mas também a tomada por ela de parcela dessa credibilidade através da difusão. A terceira e última está correlacionada com a segunda, a autora explana que como as redes sociais são âmbitos de propagação de informação também se tornam espaços para o debate desses acontecimentos informativos (RECUERO, 2009).

Das atuações de filtragem de informações das redes sociais, a teoria do jornalismo do *gatekeeper* (porteira/o, em português) tem relação com a configuração das redes sociais. Essa teoria prioriza a percepção pessoal e relaciona-se com a pessoa que tem o poder de determinar se permite que a informação seja publicada ou se a impede, isto é, na frente de uma grande quantidade de ocorrências só se tornam notícias aquelas que passarem por um portão, a deliberação fica a cargo da/do gatekeeper, da/do jornalista. Em 1950, um estudo realizado por David White constatou a subjetividade do gatekeeper na hora de escolher o que era notícia ou não, por critérios como falta de espaço ou área de atuação do jornal. Em contrapartida, estudos subsequentes concluíram que as decisões da/do gatekeeper estariam mais induzidas por critérios profissionais da rotina de produção de notícia (PENA, 2005, p. 133). É importante notar mesmo que as resoluções não estejam ligadas diretamente a/ao gatekeeper, os interesses de lucro do veículo de comunicação também vão interferir nas publicações.

Nesse sentido, no que se refere à ação de quem divulga conteúdo nas redes sociais, conforme Recuero (2009) ao citar Axel Bruns (2005), essa atuação reporta-se à observação do que é publicado pelos meios de comunicação com o intuito de detectar informações pertinentes no momento em que são divulgadas, constituindo o *gatewatching*. Dessa maneira, Recuero (2009) explica que o *gatewatching* é capaz de agir conforme a teoria do *gatekeeper*, funcionando como um complemento ou até assumir a função dela do jornalismo tradicional. Para a autora, as redes sociais exercem o papel de filtragem e, diversas vezes, o trabalho é especializado ao evidenciar informações que estão fora dos focos principais. A partir das práticas, Recuero (2009) conclui que as redes sociais não estão fundamentalmente elaborando notícias, mas componentes possíveis de serem noticiados. Segundo ela, as redes sociais, na maioria das vezes, não produzem notícias e nem cooperam na sua produção, entretanto existe a possibilidade das redes sociais atuarem como produtoras de conteúdo. Por todas essas perspectivas apresentadas dos itens interligados com o jornalismo e as redes sociais, percebe-se que é possível fazer ativismo através da internet e, sobretudo, nas redes sociais, ligadas com os aspectos de movimentos sociais ou até individualmente por meio de perfis nas redes.

4.3.2 Ciberativismo: alternativas contra hegemônicas e mobilização social

A alternativa da divulgação de informações através da internet proporcionou às pessoas ou/e grupos um caminho para manifestar suas ideias e opiniões sobre determinados assuntos. Além da viabilidade de acesso a múltiplos textos, livros e vídeos. Desse modo, as pautas de lutas sociais também podem ser publicadas e espalhadas por meio das novas tecnologias. Para Silveira (2010, p. 31), o ciberativismo é o conjunto de atos em favor das questões sociais: políticas, ambientais, tecnológicas e culturais, especialmente na internet. Cavalcante (2010, p. 370) aponta que esse tipo de ativismo iniciou-se durante a década de 1990 e teve no Movimento Zapatista, ocorrido no México, as primeiras manifestações através da internet. Outras expressões ciberativistas também aconteceram na mesma época, Ong's como a Anistia Internacional e o Greenpeace fizeram uso da internet para angariar atenção para suas lutas.

No Brasil, o Fórum Social Mundial, sediado em Porto Alegre em janeiro de 2001, deu suporte para as manifestações ciberativistas. Conforme Moraes (2001, p. 01), o evento

evidenciou o papel mobilizador da internet na comunicação, visto que as entidades civis e as Ong's a utilizavam para divulgar, reivindicar e interagir em prol de direitos da cidadania. Os pontos que convergiram em direção ao desencadeamento das novas práticas foram, segundo Moraes (2007, p. 06), “a instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global da Web, a rapidez, o barateamento de custos e a autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia hegemônica”. Esse processo descrito pelo autor tem vinculação com a colaboração de jornalistas e especialistas na cobertura de eventos voltados ao social, de maneira a organizar sua própria veiculação independente da grande mídia.

Nesse contexto apresentado até então, a possibilidade de proliferar ideais na internet é real e pode apresentar-se como um dos aparatos de mobilização tanto de jornalistas atrelados/as a veículos de comunicação alternativos – que também passaram utilizar a internet como mais um meio de divulgação de conteúdos produzidos – como também de pessoas e organizações que não tenham uma formação especializada ou jornalística. No entanto a internet, e com foco nas redes sociais como estudo deste trabalho, permite a divulgação de produções próprias ou reverberações, segundo Recuero (2009), de informações.

CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O protagonismo das mulheres na internet através das redes sociais foi uma questão bastante circulante no ano de 2015. A profusão de campanhas feministas no Facebook ocasionou a necessidade de debate acerca de violações como estupro e relatos de assédio sexual, por exemplo. Nesse contexto – dado a histórica exclusão de pautas específicas da vivência das mulheres negras no movimento feminista, mas também a falta de representação da mulher negra em produtos jornalísticos – analisar o papel de um veículo específico sobre as questões que envolvam a vivência da mulher negra é fundamental ao debate de um jornalismo, e mais especificamente, de um webjornalismo representativo e participante no processo de construção do empoderamento da identidade negra e das questões feministas, simultaneamente. Assim, esta pesquisa utiliza como base a problematização feita pelo feminismo negro e a função do ciberativismo como forma de produzir, difundir e reverberar assuntos pertinentes à mulher negra e suas experiências.

5.1 Escolhas da pesquisa

Este estudo consiste em uma monografia, sendo, na primeira parte, realizada a pesquisa bibliográfica, adotando como principal eixo os trabalhos realizados por mulheres, principalmente por mulheres negras ao falar sobre a própria vivência. Na segunda, optamos por analisar as publicações realizadas pela fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra, pois é um veículo específico de publicação de conteúdo jornalístico sobre a mulher negra, população negra, em geral, questões de gênero, políticas e sociais, mas também relacionada com a função das redes sociais, segundo Recuero (2009).

O fluxo de publicações para análise foi definido a partir do período de julho de 2015 a dezembro de 2015, visto que nesse tempo houve a repercussão de questões feministas nas redes sociais e por ser um período considerável (seis meses) para maior visualização e problematização das publicações. Durante o mapeamento, as publicações foram divididas em nove categorias: título, curtidas, compartilhamentos, comentários, gênero jornalístico, temática, âmbito local/regional/nacional/internacional, assinatura e data. Organizamos também em três partes: conteúdo geral, questões e assuntos ligados à mulher negra, a fim de realizar uma comparação quantitativa entre as partes e uma análise mais detalhada acerca dos discursos em volta das divulgações sobre a mulher negra no Geledés.

A coleta do material se deu através da utilização do recurso cronológico, a partir disso foram lidas todas as publicações ao selecionar “todas as publicações” para acessar as postagens publicadas no ano de 2015. Nesse seguimento, é importante destacar que mapeamos as publicações mediante a ferramenta disponível, não sendo, possivelmente, todo o conteúdo veiculado por Geledés durante o período estudado.

Figura 1: recurso cronológico que permitia acessar postagens antigas. Após as atualizações do Facebook, o recurso deixou de existir.



Nesta monografia, para o estudo da página Geledés, utilizamos o conceito de discurso. Conforme Barros quando:

[...] O sujeito da enunciação faz uma série de “escolhas”, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e “conta” ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa “enriquecida” por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (2005, p. 53).

A partir dessa perspectiva, Barros (2005, p. 53) conceitua enunciação – que possibilita a sua contextualização com o trabalho da/do jornalista – relacionando-a com a “mediação entre estruturas narrativas e discursivas”. O procedimento de produção do texto terá marcas ideológicas. Nesse sentido, se tratando da relação de ideologia e discurso, Melo (2009, p. 3) diferencia o conceito de discurso proposto Pêcheux (1999) e o por Fairclough

(2001) – o primeiro sobre a Análise do Discurso (AD) e o segundo acerca da Análise Crítica do Discurso (ACD). Para Pêcheux (1999), o discurso se materializa a partir da ideologia, por isso, do sujeito advêm discursos ideológicos construídos sem seus desejos próprios, a língua é um meio para transmiti-los. Já de acordo com Fairclough (2001), o discurso é tanto moldado/reprodutor quanto transformador das conjunturas sociais. Essa prática compreende o sujeito passivamente e ativamente diante às práticas discursivas, aceitando-as ou mudando-as. A língua, nesse caso, “é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela”.

Contextualizando com a Internet, definimos a Análise do Discurso Mediada por Computador (ADMC), proposta por Susan Herring em 2004, como base para a análise deste trabalho. Herring aplicou a AD à Comunicação Mediada por Computador (CMC) – comunicação através das novas tecnologias advindas da internet – a fim de estudar o comportamento das pessoas no meio virtual. A autora explica o discurso mediado por computador “como a comunicação produzida quando humanos interagem entre si através da transmissão de mensagens via rede de computadores”. Esse discurso está atrelado aos efeitos dos fatores tecnológicos e das situações sociais. A ADMC fundamenta-se em quatro pontos de análise: estrutura, significado, interação e comportamento social (HERRING apud VOLCAN, 2014, p. 18 e 62; SOUZA, 2015, p. 340).

Quadro 1: modelo do Método da ADMC

Nível	Questões	Fenômeno	Métodos
Estrutura	Oralidade; formalidade; eficiência; expressividade; complexidade; características de gênero; etc.	Tipográfico; ortográfico; morfológico, sintaxe; esquema discursivo; convenções de formatação; etc.	Linguística estrutural e descritiva; análise textual; <i>corpus</i> linguístico; estilística.
Significado	Qual a intenção; O que é comunicado; O que é realizado.	Significado das palavras; atos de fala; trocas; etc.	Semântica e Pragmática.

Interação	Interatividade; tempo; coerência; reparo; interação como construção; etc.	Turnos; sequências; trocas; tópicos; etc.	Análise de conversação e etnometodologia.
Comportamento Social	Dinâmicas sociais; poder; influência; identidade; comunidade; diferenças culturais; etc.	Expressões linguísticas de status; conflitos; negociações gerenciamento de face; jogos; estilos discursivos; etc.	Sociolinguística interacional; análise crítica do discurso e etnografia da comunicação.

Fonte: HERRING apud VOLCAN, 2014.

Diante disso, selecionamos três publicações realizadas por Geledés, a fim de analisá-las conforme a ADMC, como também alicerçadas na base teórica deste trabalho. A página redireciona a leitura do conteúdo publicado para o seu site oficial (<http://www.geledes.org.br/>). Foram critérios para escolha a maior quantidade de visualização pelas pessoas (curtidas, compartilhamentos e comentários) e, principalmente, as questões relacionadas à problematização feita pelo feminismo negro. A seguir, uma contextualização do Facebook e da organização Geledés Instituto da Mulher Negra.

Quadro 2: publicações selecionadas para análise qualitativa

Publicações Selecionadas	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários	Tema	Data
Quando o racismo no Brasil vai dar em cadeia e não campanhas tipo “somos todos fulana”? Por Marcos Sacramento	11.917	4.784	221	Racismo	03/11/2015
Mulheres mostram personalidade ao assumir cabelos black, trançados e coloridos	5.051	548	105	Identidade	18/11/2015
Após polêmica, Bell Marques terá que alterar música	1.044	215	84	Diversos	14/12/2015

Fonte: dados coletados pela autora

CAPÍTULO 6 – A MULHER NEGRA NA FANPAGE GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Aqui teremos um quadro geral do site de rede social Facebook e da organização Geledés Instituto da Mulher Negra. Em seguida, faremos a análise quantitativa e a análise qualitativa das três publicações da fanpage Geledés escolhidas. Mostraremos como a representação da mulher negra é pautada e discutida através dos textos e das conjunturas que envolvem a organização.

6.1 O site de rede social Facebook

Criado em 2004, o site de rede social Facebook²⁹, inicialmente Thefacebook, tem como fundadores os estudantes da Universidade de Harvard, Mark Zuckerberg, Andrew McCollum, Chris Hughes, Dustin Moskovitz e Eduardo Saverin. O uso do Facebook era restrito apenas às/aos estudantes de Harvard, metade delas/es, após um mês de lançamento, já possuía registro no novo site de rede social na internet, sendo popularizado e expandido rapidamente à outras universidades. Em 2005 ultrapassou o número de um milhão de universitárias/os registradas/os. Em 2006 foi aberto para o público em geral com idade maior de 13 anos, podendo registrar-se no site através de um endereço de e-mail válido. A partir disso, o Facebook passou a ser utilizado mundialmente (CORREIA E MOREIRA, 2014; VOLCAN, 2014).

Nesse contexto, em dados atuais divulgados pelo Facebook, a popularização mundial já atinge 1,6 bilhão de pessoas com acesso mensal, das 99 milhões são brasileiras/os³⁰. Estatisticamente, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, das pessoas conectadas à internet, 92% estão por meio das redes sociais, sendo – dessa quantidade – 83% usuárias do Facebook.

As interações constroem uma rede social de pessoas conectadas através de perfis pessoais, em que podem se expressar, produzir ou publicar conteúdo de informação/opinião pessoal ou jornalística, ou ainda, simplesmente postar fotografias. Outro modo de interação

²⁹ Site atual (<https://www.facebook.com/>). A origem do Facebook está vinculada a criação do site *Facemash*, em 2003, desenvolvido por Mark Zuckerberg. O site “permitia aos seus visitantes votar na pessoa mais atraente, com base em duas fotografias de estudantes, apresentadas lado a lado, provenientes da base de dados de identificação dos alunos daquela instituição [Harvard]” (CORREIA E MOREIRA, 2014, p. 169).

³⁰ “Já são 1,6 bilhão de usuários mensais ao redor do mundo, sendo 99 milhões o número de brasileiros ativos por mês na rede social de Mark Zuckerberg”. Disponível em: < <http://www.guiase.com.br/numeros-do-facebook-e-whatsapp-surpreendem-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em 16. out. 2016.

são as *fanpages* (ou páginas), por exemplo, de empresas de comunicação, artistas ou movimentos sociais que divulgam seus conteúdos. As páginas são conectadas às pessoas por intermédio da opção “curtir”, desse modo, ao curtir a pessoa receberá as publicações da página no seu *feed* de notícias, ou seja, na página inicial do Facebook que aparece o conteúdo postado por amigas/os e o das páginas curtidas.

Em pesquisa realizada por Recuero (2014a), as interações através dos botões “curtir”, “compartilhar” e “comentar” relacionam-se, entre vários sentidos:

[...] [**Curtir**] Primeiro, seria uma forma menos comprometida de expor a face na situação, pois não há a elaboração de um enunciado para explicitar a participação do ator. Segundo, seria visto como uma forma de apoio e visibilidade, no sentido de mostrar para a rede que se está ali. Curtir é também legitimar a face e apoiar a mensagem (e aquele que a divulgou) [...] O **compartilhamento** também pode legitimar e reforçar a face, na medida em que contribui para a reputação do compartilhado e valoriza a informação que foi originalmente publicada [...] [**Comentar**] É uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação (RECUERO, 2014a, p. 119-120, grifo nosso).

6.2 Geledés Instituto da Mulher Negra

No processo de organização do movimento de mulheres negras, dos encontros nacionais e conferências internacionais, Geledés³¹ Instituto da Mulher Negra é fundado em 30 de abril de 1988. Tem sede institucional em São Paulo. Em seu site oficial se define como uma organização da sociedade civil que assume compromisso com as mulheres e a população negra contra as discriminações de gênero e de raça na sociedade. A organização também é contrária a outras formas de discriminações como as vinculadas a sexualidade, regiões, religião e classe social. O maior eixo de atuação da Geledés são as questões de raça e as de gênero e sua relação com “os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas”.

De acordo com o seu site, Geledés presta assistência jurídica às pessoas vítimas de racismo, como também contribui para o enfrentamento da discriminação e oferece capacitação a lideranças comunitárias, possibilitando, segundo o site oficial ao descrever sua missão institucional, a soma política das mulheres negras no Brasil através da educação. No

³¹ Geledés significa “originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade”. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/o-que-e-gelede/#gs.RipGT=E> >. Acesso em 16. out. 2016.

que concerne à atuação na educação, Geledés procura garantir e aumentar os direitos educativos da população negra, nessa atuação colaborou na implementação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o estudo da história da cultura africana nas escolas, da luta do povo negro contra a escravidão do Brasil e da participação das pessoas negras na História do Brasil. Ainda sobre a área da educação, Geledés elabora projetos didáticos de combate ao sexismo e ao racismo.

O Programa de Comunicação de Geledés atua conforme a noção da comunicação ser um direito humano, sendo assim, a atuação no seu fortalecimento auxilia na visibilidade das pautas dos movimentos sociais e o empoderamento da mulher negra, conforme o site. Geledés participa em rede com o projeto Comunicadoras Negras e oferece atividades que visam qualificar mulheres negras em comunicação e mídia. A instituição ainda atua na área da saúde, visando políticas públicas de saúde específicas às mulheres negras, por exemplo, direitos reprodutivos e projetos com a finalidade de diminuir a mortalidade da população negra. Nesse contexto, Geledés possui uma atuação que monitora e coopera com as políticas públicas. Em 30 de abril de 2015, Geledés elegeu sua nova diretoria, a presidência ficou a cargo da advogada Maria Sylvia Aparecida.

6.2.1 A Fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra

Versando sobre a internet, o Portal Geledés (site oficial) pauta assuntos ligados ao seu campo de atuação através de conteúdos jornalísticos ou literários, como crônicas. A sua página no Facebook publica os textos do portal para maior visualização das questões apresentadas no material. A fanpage, no momento da escrita deste texto, tinha 546.660 curtidas e na sua descrição disponibiliza o endereço institucional e o telefone para contato. A data exata da criação da fanpage não é mencionada, entretanto na sua missão disponível comenta que:

[...] à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, o Geledés vem, nestes 21 anos, consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos (FANPAGE GELEDÉS, 2016).

Atualizando a atuação do Geledés para 28 anos, temos que a página foi criada em 2009, nesse sentido, têm sete anos de atuação no Facebook. Conforme o site, a organização

Geledés recebeu seis prêmios, principalmente, relacionados aos Direitos Humanos. A atuação de Geledés tanto no mundo real voltada para a mulher negra quanto no site de rede social, ou seja, a duplicidade da ação nos levou a selecioná-la como objeto deste estudo. Nesse sentido, partiremos para a análise quantitativa, tendo em vista o mapeamento realizado.

Figura 2: página inicial da fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra



6.3 Análise Quantitativa das publicações de Geledés Instituto da Mulher Negra

A partir da coleta dos dados (julho a dezembro de 2015), podemos perceber diversos fatores para a análise quantitativa. Temos um número geral de 325 publicações, das quais 119 tinham relação com a mulher negra, 69 ligadas a questões de gênero e, por fim, 137, o maior número, pertencendo a outros assuntos que, muitas vezes, correlacionavam-se com a violência policial contra jovens negros ou direcionados à política.

Quadro 3: número geral das publicações por temática

Assunto	Nº absoluto	%
Mulher Negra	119	37
Questões de Gênero	69	21
Outros	137	42

Total	325	100
--------------	-----	-----

Fonte: dados coletados pela autora

Das que envolvem a mulher negra (119 publicações), 65 delas são textos informativos e 54 são textos opinativos³². Esses textos publicados no Portal Geledés e, logo após, postados na fanpage do grupo são de sites de notícias ou de pessoas que enviam seus textos. Nesse sentido, nas 119 publicações foram identificadas 75 sites de veículos de comunicação cujos conteúdos foram divulgados por Geledés. A partir desse dado, é possível inferir que Geledés exerce certa diversidade ao escolher o conteúdo a ser divulgado no seu site e, em consequência, na sua página do Facebook. Outra perspectiva é o modo como a organização atua na internet e a relação com as questões apontadas por Recuero (2009) sobre redes sociais e jornalismo, visto que a atuação configura-se de acordo com o filtro de informação (*gatewatching*), notando a informação na rede e selecionando-a para republicar nas suas plataformas, o trabalho tem uma relação direta com as pautas da instituição, conferindo credibilidade ao site do qual se retirou a matéria e angariando para si a credibilidade do material perpassado. A forma de reverberar informações se transforma em artifícios ao debate na rede social por meio do Facebook.

A partir daí, no que diz respeito às temáticas abordadas por Geledés através da filtragem realizada, apresentaram-se 16 temas referentes à mulher negra. O maior fluxo foi sobre racismo representando 25 publicações entre o total (119). No mês de novembro de 2015, por exemplo, Geledés publicou matérias acerca do ataque racista na internet à atriz Taís Araújo, em que vários comentários racistas foram feitos na fanpage da atriz. Outras publicações de casos de racismo contra mulheres negras também estão contabilizados nessa temática, assim como abordagem do racismo estrutural. A segunda temática mais pautada se refere a diversos assuntos (21), nos quais não foi identificado nenhum tema principal, mas sim uma junção de informações/opiniões, por exemplo, podemos citar conteúdos sobre identidade, machismo, racismo e feminismo negro em uma única postagem. A violência é um tema recorrente em Geledés, principalmente com relação à morte de jovens negros pela polícia, nesse caso entra em pauta a vivência das mães de jovens assassinados, o tema aparece 11 vezes durante o período estudado. Com relação à construção da identidade

³² Utilizamos a classificação do gênero informativo referente à notícia, reportagem, nota e entrevista e gênero opinativo relacionadas com artigos de opinião e crônicas.

negra, Geledés aborda o tema sete vezes, sendo quatro citações indiretas (um texto opinativo escrito por um homem negro sobre ser negro/a na sociedade com foco na própria experiência/lugar de fala ou ainda uma matéria sobre o empoderamento através do cabelo natural) e em três citando diretamente a vivência da mulher negra e/ou da menina negra.

Outros temas publicados apenas uma vez têm relação com entretenimento, religião e solidão da mulher negra. Fazendo uma relação com o conceito de Carneiro (2003a) acerca do feminismo negro, Geledés tem a questão da raça/racismo como norteadora da abordagem e filtragem realizada para as publicações. Notamos no quadro abaixo as demais temáticas veiculadas nos textos postados por Geledés.

Quadro 4: temáticas pautadas por Geledés referentes à mulher negra e o número de vezes que aparecem

Temáticas	Nº	%
Racismo	25	21
Diversos	21	18
Cultura	11	9
Violência	11	9
Direitos Humanos	08	7
Identidade	07	6
História	07	6
Educação	06	5
Memória	05	4
Política	05	4
Biografia	04	3
Luta/Militância	04	3
Esporte	02	2
Entretenimento	01	1
Religião	01	1
Solidão da Mulher Negra	01	1
Total	119	100

Fonte: dados coletados pela autora

No mapeamento classificamos a referência do âmbito das matérias, sejam informativas ou opinativas. Nesse contexto, houve a constatação de que 91 matérias correspondem a questões nacionais, em que se falava, em síntese, de casos de racismo, da agenda política sobre políticas públicas para mulheres negras, luta e militância em alusão direta ou indireta à mulher negra e referência histórica acerca de acontecimentos envolvendo a população negra.

No que se diz respeito a acontecimentos internacionais, foram quantificadas 17 matérias, elas se atrelaram à política, a título de exemplo, Rita Bosaho, a primeira mulher negra eleita deputada na Espanha, a casos de racismo e uma matéria sobre as tenistas estadunidenses Vênus e Serena Williams, uma citação indireta por não discutir a questão racial e nem a de gênero explicitamente, mas conota uma representação da mulher negra nos espaços, nesse caso, no esportivo, por isso a quantificação. Matérias relacionadas a questões de âmbito local foram publicadas onze vezes, nas quais se deixava nítido o local da informação ou de um evento vinculado à mulher negra. Direccionando ao contexto regional nenhuma publicação foi divulgada.

Quadro 5: número de matérias por agendamento das publicações

Âmbito	Nº	%
Nacional	91	77
Internacional	17	14
Local	11	9
Regional	00	0
Total	119	100

Fonte: dados coletados pela autora

Voltando aos sites pelos quais Geledés republica o conteúdo, verificamos que entre os 75 apresentados, 17 não trazem assinatura nos textos, enquanto 58 são assinados, o que aponta, além da legitimação dada ao site, existe a validação do discurso permeado pela pessoa que escreveu a notícia ou opinou sobre determinado assunto. Excluindo os nomes que aparecem mais de uma vez, contabilizamos 75 assinaturas diferentes, dentre as quais 50 foram escritos por mulheres³³ e 25 por homens. Outra variável para a análise é a exclusão dos sites que aparecem em Geledés apenas uma vez com assinatura da autora ou do autor do material postado, assim, contabilizamos os que apresentam mais de uma, nessa perspectiva, detectamos nove veículos de comunicação, além do *Guest Post* do Portal Geledés, ferramenta que permite o envio de texto e/ou conteúdo multimídia por pessoas, sendo divulgados no site e na fanpage se escolhidos a partir de uma política editorial³⁴ da

³³ Fizemos a identificação a partir do gênero e sem especificar raça, visto que não tivemos acesso a esse dado e, acreditamos que a mulher, de um modo geral, enquanto produtora de conteúdo é um caminho para ocupação e participação dos espaços jornalísticos e/ou de militância. Quando formos analisar as publicações escolhidas, usaremos questão racial se houver autoafirmação no discurso.

³⁴ Os veículos de comunicação têm sua linha/política editorial que alicerça a produção e divulgação de assuntos. Segundo o site de Geledés, a política editorial do site irá verificar se os textos via *Guest Post* contém referências racistas, sexistas ou machistas ou ataques pessoais, por exemplo.

instituição. *Guest Post* teve o maior número de assinaturas nos textos publicados, apuramos 13 ao total.

Quadro 6: relação dos portais e assinatura que mais aparecem em Geledés

Portais de notícias	Nº de assinaturas
Agência Brasil	02
Brasil247	02
Brasil Post	02
BBC Brasil	02
Carta Capital	02
Diário do Centro do Mundo (DCM)	02
Extra	02
Guest Post	13
R7	03
Total	30

Fonte: dados coletados pela autora

Partindo agora para a análise do uso dos botões “curtir”, “compartilhar” e “comentar” na fanpage da organização Geledés, construímos a analogia entre as publicações pautadas em assuntos das questões feministas e de gênero (sem menção de raça) e os ligados à mulher negra. No total de curtidas de julho a dezembro de 2015, quantificamos o número de 188.285 curtidas, sendo 43.695 vinculadas às postagens sobre questões feministas como violência doméstica, assédio sexual, cultura do estupro, sexualidade, entre outros, assuntos esses que na conjuntura social estão interligados por uma força motriz do machismo, da ideologia de subjugação da mulher; e no que concerne ao número de curtidas nas publicações direcionadas à mulher negra envolve a somatória de 144.590, 35.750 compartilhamentos e 3.012 comentários. Já no que se refere às postagens relativas ao gênero verificou-se 15.219 de compartilhamentos e 945 comentários. Os números totalizam 50.969 compartilhamentos e 3.957 comentários de julho a dezembro de 2015.

Quadro 7: comparação entre o número de curtidas, compartilhamentos e comentários dos assuntos mulher negra e de gênero

Botões Facebook	Mulher Negra	Questões de Gênero (sem interseção de raça)	Total
Curtidas	144.590 (77%)	43.695 (23%)	188.285 (100%)
Compartilhamentos	35.750 (70%)	15.219 (30%)	50.969 (100%)
Comentários	3.012 (76%)	945 (24%)	3.957 (100%)

Fonte: dados coletados pela autora

Há uma acentuada discrepância entre as interações através do curtir, compartilhar e comentar envolvendo os assuntos ligados, direta ou indiretamente, com a mulher negra e questões feministas/gênero. O maior número de curtidas foi contabilizado, em uma citação indireta quantificada em mulher negra, na matéria sob o título “Jovem cria canal no Youtube para contar histórias de heróis negros brasileiros”, republicada a partir do portal Extra e assinada pela jornalista Júlia Zaremba. A matéria teve 25.374 curtidas na fanpage Geledés e apenas cita que Pedro Henrique, de 13 anos, também vai divulgar vídeos no site Youtube sobre heroínas negras brasileiras. Em comparação, as diferenças no número revelam que, além do efeito da quantidade de publicações (69, questões de gênero/feministas e 119, mulher negra), algumas matérias tiveram maior repercussão/interação das pessoas. A partir dos dados, podemos argumentar que a questão racial repercute em Geledés por meio das publicações, mesmo sem a problematização da mulher negra, enquanto mulher e negra, ao mesmo tempo, na sociedade e nas redes sociais.

Nesse contexto, associamos a problematização e o conceito de interseccionalidade feita por Crenshaw (2004) com a ação na internet de Geledés, nos mostra o impacto da subordinação estrutural, ou seja, aquela que oprime as mulheres, e em especial as mulheres negras, colocando-as em posições de submissão. A classificação das publicações, nesta análise quantitativa, em interseccional ou não interseccional é invalidada, visto que mesmo as que ocultam a discriminação mista percebe-se que a questão racial exerce grande efeito na vida das mulheres negras. No entanto, a análise indica que o discurso do feminismo negro ainda se mostra implícito nas postagens, dado que mesmo em questões de casos de racismo contra a mulher negra é possível problematizar também as questões de gênero.

6.4 Análise qualitativa das publicações da fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra

Nesta parte analisaremos as três publicações escolhidas: um artigo de opinião, uma reportagem e uma notícia. Utilizando a ADMC, dividimos a análise em quatro partes: estrutura, significado, interação e comportamento social.

6.4.1 Análise da publicação 1: o artigo de opinião

A primeira publicação analisada tem como título: *“Quando o racismo no Brasil vai dar em cadeia e não campanhas tipo “somos todos fulana”? Por Marcos Sacramento”*. É um

artigo de opinião do jornalista Marcos Sacramento, originalmente divulgado no DCM³⁵, postado na fanpage Geledés em 03 de novembro de 2015. O artigo aborda campanhas na internet com a *hashtag*³⁶ #SomosTodos relacionadas com casos de racismo. Escolhemos esta postagem de Geledés, por causa da problematização da perspectiva da interseccionalidade de gênero e raça, mesmo em casos que aparentemente estejam apenas ligados ao racismo, como também pela grande difusão e repercussão no Facebook. A publicação alcançou 11.917 curtidas.

Figura 3: primeira publicação em análise



Geledés Instituto da Mulher Negra
3 de novembro de 2015 · 🌐

A história é familiar: uma negra famosa recebe insultos racistas no Facebook e a solidariedade vem na forma de uma hashtag. #geledes #racismo

Quando o racismo no Brasil vai dar em cadeia e não campanhas tipo “somos todos fulana”? Por...

Resta saber se tudo vai acabar como outros casos semelhantes, onde ninguém recebeu uma punição exemplar por cometer crime de racismo ou injúria racial...

GELEDES.ORG.BR

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

1) Estrutura

³⁵ Matéria disponível no DCM:< <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quando-o-racismo-no-brasil-vai-dar-em-cadeia-e-nao-campanhas-tipo-somos-todos-fulana-por-marcos-sacramento/>>. Acesso em: 09. nov. 2016.

³⁶ Representando pelo ícone “#” as hashtags são usadas como forma de conectar assuntos e chamar mais atenção para eles. Ao clicar na hashtags, o Facebook redireciona para uma página, na qual é possível visualizar as publicações que utilizaram a mesma ou parecida hashtags.

Na composição da estrutura, Geledés utiliza um trecho do texto republicado e as hashtags #geledes e #racismo, a segunda dando significado ao tema do conteúdo publicizado. Temos na fotografia principal da publicação o ator Lázaro Ramos e a atriz Taís Araújo. Logo depois o título da postagem, em que se percebe que uma parte dele não está aparecendo. O redirecionamento da publicação, através do hiperlink, ao Portal Geledés nos mostra o texto completo do artigo de opinião do jornalista Marcos Sacramento. O pequeno texto introdutório na fanpage é também o primeiro parágrafo do artigo, assim como a fotografia utilizada. Após a introdução do artigo, identificamos que a assinatura do texto e o portal a qual o jornalista está ligado são colocados em hiperlink, o nome de Marcos Sacramento em hiperlink redireciona aos seus textos no site do DCM, enquanto o portal em hiperlink redireciona para a matéria de mesmo título no Portal DMC. Geledés não realizou nenhuma modificação no texto publicado, ou seja, o texto divulgado na fanpage é o mesmo que fora originalmente publicado no DCM. Geledés utiliza hiperlinks em forma de *tags*³⁷, para classificar o assunto do material publicado. Esses hiperlinks redirecionam a outra página no Portal Geledés, em que se encontram várias matérias sobre o mesmo tema. O artigo analisado, assim, foi classificado com a *tag* “casos de racismo”.

Os três primeiros parágrafos resumem a ideia central do artigo acerca do caso de racismo envolvendo a atriz brasileira Taís Araújo. Ao longo do texto, o autor menciona diversos casos de racismo nas redes sociais contra pessoas famosas. Há o uso em aspas de um comentário racista retirado de uma rede social contra o jogador Michel Bastos e a fala da advogada Carmem Dora da Comissão de Igualdade Racial da Ordem de Advogados (OAB) de São Paulo.

2) Significado

A publicação na fanpage Geledés tem a intenção de reverberar o assunto na rede social (RECUERO, 2009). Dessa forma, o trecho citado na postagem “a solidariedade vem na forma de uma hashtag” remete diretamente ao título, sobretudo, na parte “Somos Todos Fulana”, dando sentido, junto à foto em destaque, à mensagem, sendo uma conexão ao caso de racismo contra Taís Araújo. Não obstante, a fotografia com as imagens da atriz e do

³⁷ O recurso da *tag* (etiqueta, em português) é justamente para classificar assuntos que tenham relação e são agrupados em uma mesma página na internet, por exemplo. Nesse sentido, é possível acessá-las de uma maneira mais prática clicando-as nas palavras de classificação em *hiperlink*.

marido Lázaro Ramos no artigo não se mostra adequada à construção do sentido, uma vez que provoca uma descentralização do tema principal, ou seja, dos casos de racismo contra pessoas famosas por meio de redes sociais e, principalmente, já que o caso de Taís Araújo abre o texto e não há citação de Lázaro Ramos ao longo do discurso do jornalista.

No título o uso da palavra “fulana” em substituição do nome de pessoas que tenham sido vítimas de racismo, correlaciona-se com a problematização das campanhas que envolvem a hashtag como #SomosTodosTaísAraújo nas redes sociais, à medida que apareçam novos ataques racistas direcionados.

O jornalista comenta que “no caso das agressões sofridas pela jornalista Maria Júlia Coutinho, do Jornal Nacional, não demorou para um dos suspeitos ser identificado”. Nesse contexto, verificamos a linguagem formal em grande parte do texto, principalmente, quando o jornalista comenta sobre os casos de racismo, por exemplo: “em outras ocorrências parecidas, pelo menos aparentemente ninguém recebeu uma pena que possa ser considerada proporcional à ofensa”, em referência ao caso de racismo contra Maria Júlia Coutinho. Logo após ele cita o racismo contra a cantora Ludmilla, a jornalista Joyce Ribeiro, o ator mirim Kaik Pereira e a jornalista Glória Maria.

Também há no artigo a citação e explicação da história contra o jogador Michel Bastos e contra o goleiro Mário Lúcio, mais conhecido como Aranha. No que concerne a Michel Bastos, o artigo traz a fala de uma internauta que proferiu o racismo através da rede social Instagram – rede essa de compartilhamento de fotos – em que o chamava de “macaco”, entre outras palavras de ataque racista. Em continuidade, o artigo toma um tom informal: “agora, é mais fácil um camelo passar pelo buraco da fechadura do que os racistas serem punidos com os rigores previstos na lei”.

Sobre o caso contra o goleiro Aranha, o jornalista comenta que “os quatro torcedores [do Grêmio] que chamaram o jogador de “macaco” [em 2014] não chegaram a ser julgados pelo crime de injúria racial”, a punição apenas se tratou em apresentar-se em uma delegacia durante os jogos do Grêmio no período de dez meses.

Ao se concentrar na explicação dos casos de racismo contra o goleiro Aranha e o jogador Michel Bastos, verificamos que o artigo elabora uma construção mais racial sem

ligação direta com os casos de racismo contra mulheres negras. A fala: “falta consciência negra para o poder Judiciário no Brasil” da advogada, mulher negra, Carmem Dora – em entrevista à BBC Brasil em 2014 na época da repercussão do caso de Aranha – demonstra o tratamento não rigoroso e acertado dos casos na Justiça. No último parágrafo, o jornalista retoma, diretamente, a abordagem dada ao título do artigo e o finaliza em tom de ironia: “como as punições raramente vêm, e quando vêm são brandas, resta a esperança de que surja uma nova hashtag para o próximo caso de racismo envolvendo alguém famoso, porque essa de “Somos Todos Fulano de Tal” já encheu e não tem serventia alguma”. Há uma mudança no artigo para definir o gênero³⁸, no que se refere ao título e a finalização (somos todos fulana para somos todos fulano de tal), sendo assim, é possível relacionar com o rumo da construção da mensagem no artigo e a citação dos casos de racismo contra homens negros.

3) Interação

A interação se deu através de 11.917 curtidas, 4.784 compartilhamentos e 221 comentários. Desse modo, é a publicação, entre as três analisadas, que mais recebeu curtida e compartilhamento. Esse fato dialoga com a pesquisa realizada por Recuero (2014a) sobre a funcionalidade dos botões “curtir” e “compartilhar”, sendo uma maneira de legitimação e interação com a postagem, como também uma colaboração da reputação da mensagem na rede, respectivamente. A fanpage Geledés, ao evidenciar o trecho “a história é familiar: uma negra famosa recebe insultos racistas no Facebook e a solidariedade vem na forma de uma hashtag”, provoca comentários diretamente interligados com as campanhas “somos todos...”.

Percebemos que existe uma grande interação das pessoas nos comentários por meio dos chamados “textões³⁹” nas redes sociais. Essas ações se interligam com a percepção de Lemos e Lévy (2010) sobre o ciberespaço proporcionar a expressão das ideias e a

³⁸ Quisemos explicitar o gênero, visto que o uso da linguagem sexista apaga questões relacionadas às mulheres. Nesse contexto, entendemos mulheres cis (pessoas que se identificam com o gênero designado ao nascer), mulheres trans (pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer) e as travesti. Mais tarde, na conclusão, iremos pontuar essas questões de invisibilização. Pode haver também o apagamento da história se não houver a identificação das pessoas, ou seja, se apenas a abordagem ocorrer de modo uniforme.

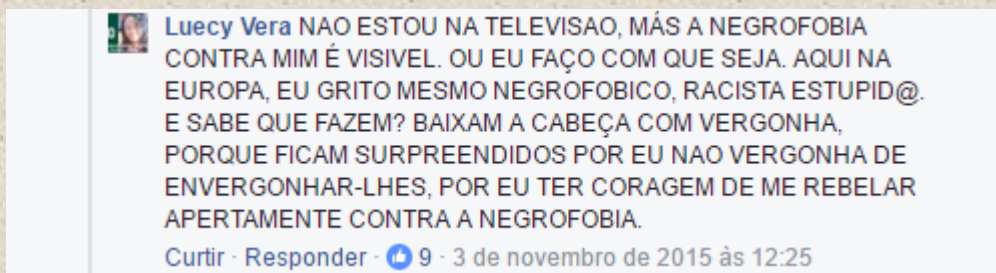
³⁹ Essa prática acontece muito no Facebook. As pessoas escrevem textos, de um tamanho consideravelmente grande para a internet, emitindo sua opinião e, muitas vezes, problematizando questões relacionadas ao contexto da sociedade e/ou pessoal.

comunicação em dimensão planetária. No entanto, o comentário na publicação: “e digo mais: quando o racismo sofrido vai ser perceptível nas pessoas invisíveis? Quando o racismo sofrido por negras e negros que não estão na televisão será visível” foi o mais curtido (336) nesta publicação, notamos que ele é, significativamente, de um tamanho menor em relação à maioria. Esse comentário teve sete respostas através do recurso “responder”, constituindo um debate/conversação. Uma das respostas diz: “não estou na televisão, mas a negrofobia contra mim é visível. Ou eu faço com que seja”, depois disso a internauta conta sua experiência e do seu embate com pessoas racistas na Europa, onde mora. O comentário teve nove curtidas. Entendemos o modo do uso da palavra “visível” com dois sentidos na interação do contexto. O primeiro comentário aborda a palavra “visível”, a fim de falar da falta de repercussão dos casos de racismo contra pessoas que não são famosas, enquanto o outro fala do combate ao racismo, fazendo com que esteja visível.

Figura 4: comentário fala da invisibilidade do racismo que atinge pessoas não famosas



Figura 5: comentário diz que o racismo não é invisível



No discorrer da análise das interações, destacamos uma parte do comentário que fala que o fato de Taís Araújo ser uma pessoa famosa não invalida a questão racial: “[...] se ela pode usar a visibilidade para combater o racismo, que assim se faça. E outra, essa história de ‘quanto mais se fala em racismo mais ele se destaca’ é conversa de gente que não sofre racismo [...]”, diz a internauta em resposta a outro comentário. Nessa perspectiva, também apontamos para um comentário que explicita a questão de racismo contra as empregadas domésticas, contra crianças negras no espaço escolar e contra homens negros.

Percebemos nesses comentários questões interseccionais (CREASHAW, 2004), no entanto de modo implícito.

Figura 6: comentário sobre combate ao racismo

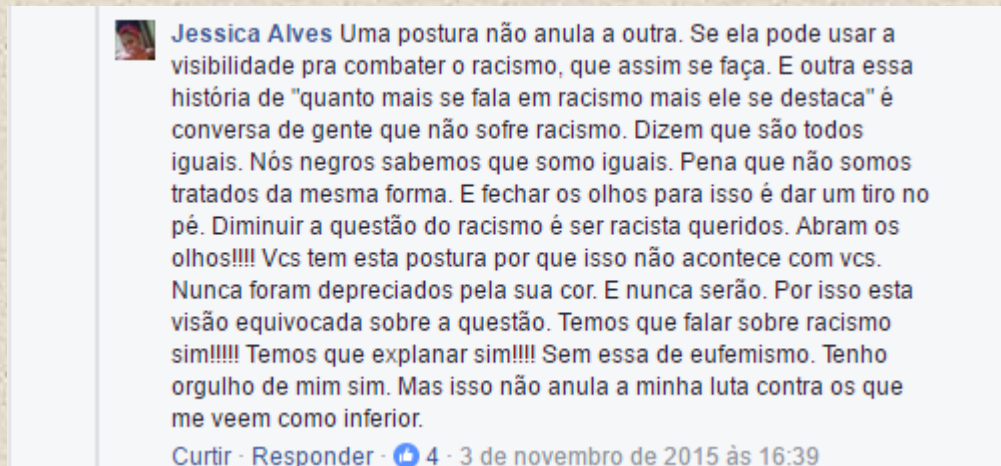
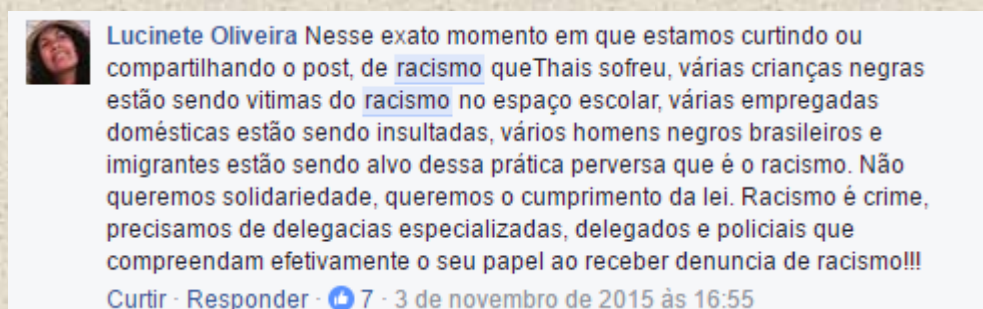


Figura 7: comentário que fala cita o racismo contra crianças, empregadas domésticas e homens negros

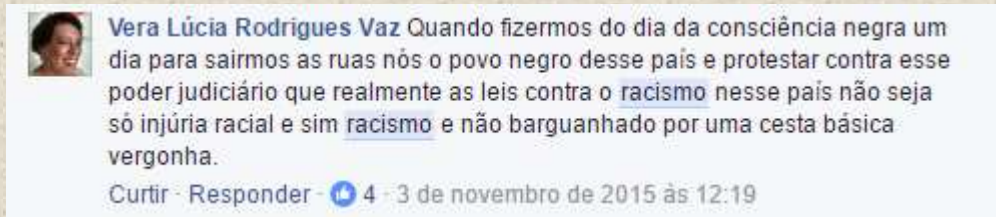


O comentário acima expõe, de maneira resumida, dimensões do racismo que atingem crianças negras, mulheres negras e homens negros. Nessa direção, o seu trecho: “racismo é crime [...] precisamos de delegacias especializadas, delegados e policiais que compreendam efetivamente o seu papel ao receber denuncia de racismo”, nos permite entrelaçá-lo com comentários que falam do crime de injúria racial e do crime de racismo⁴⁰.

⁴⁰ A injúria racial está prescrita no Código Penal brasileiro, se refere a ofensas tendo em vista atacar uma pessoa segundo sua raça, cor, etnia ou religião. A injúria racial não abarca que o problema está em ver um ataque racista a uma pessoa negra como uma injúria de ordem individual, sendo que atinge as pessoas negras, mesmo que de modos diferentes, como a mulher negra que iremos abordar no próximo ponto de análise. O racismo é estrutural, desse modo, comentários, atitudes e até mesmo pensamentos racistas estão incrustados na sociedade em vários âmbitos de convivência.

Essas opiniões dizem respeito à informação do artigo sobre a pena de gremistas no caso contra o goleiro Aranha.

Figura 8: comentário sobre o racismo e o erro em tipificá-lo como injúria racial



4) Comportamento social

O contexto racial que envolve o artigo imbrica com o mito da democracia racial e a problematização da mulher negra inserida na sociedade. Desse modo, o racismo que afeta a vida das mulheres negras mostra duas faces, dado as questões analisadas, a primeira seria a hipersexualização da mulher negra na mídia e a segunda a mulher negra como um não corpo e nem vista como uma mulher. O artigo cita, principalmente, mulheres negras que foram vítimas de ataques racistas, entretanto, não tem essa informação como principal problematização ou argumentações para construir o discurso. As questões apontadas no artigo e no trecho evidenciado por Geledés em sua fanpage enlaçam as discussões nos comentários, em que a maioria reverbera a questão racial, como também cita o caso de racismo contra Taís Araújo numa dimensão racial.

Ao problematizar os estereótipos da mulher negra enquanto hipersexualizada ou empregada doméstica, González (1984) explana que o tratamento dado à mulher negra, tendo em vista um ou de outro estereótipo, vai decorrer da forma como é vista pelas outras pessoas. Aí temos uma questão racista-machista que coloca a mulher negra em estereotipia e sujeita a discriminação. Ainda que o contexto seja outro, a questão do racismo contra mulheres negras famosas também segue a ordem do modo como são vistas, seja hipersexualizada; ou vistas como macacas (sic), uma das questões racistas que envolvem os ataques – ou até mesmo a questão do uso do cabelo natural.

Crenshaw (2004) analisa que os homens negros e mulheres negras devem ser protegidos de maneira iguais quando são vítimas de discriminação racial e de maneira de

diferente quando a discriminação envolve gênero e raça ao mesmo tempo. No artigo analisado notam-se uma tendência ao racismo e crítica do uso de *hashtags*, já nos comentários as opiniões se diversificam. É importante ressaltar que as campanhas da “*hashtag* somos todos uma pessoa famosa que sofreu ataques racistas e, que muitas vezes, é chamado de preconceito”, realmente, não provocam grandes reflexões sobre o real problema de um país que é racista. Vemos aí que existe um discurso racista-misógino contra mulheres negras, visto que estruturalmente a autoestima da mulher negra é atingida de modo diferente de um homem negro, que também tenha sido vítima de racismo.

Nesse sentido, notamos que o pensamento feminista negro (COLLINS, 2016), sendo um jeito de problematizar intrinsecamente as opressões (raça, gênero e classe), não é difundido⁴¹, através do artigo de Marcos Sacramento publicado por Geledés, nas redes sociais. No entanto, as reflexões nos comentários sobre os argumentos e informações do artigo são importantes.

6.4.2 Análise da publicação 2: a reportagem

Escrita pela jornalista Thamara Laila e divulgada pelo portal Extra, vinculado ao Grupo Globo⁴², a matéria de título “*Mulheres mostram personalidade ao assumir cabelos black, trançados e coloridos*” foi publicada por Geledés em 18 de novembro de 2015. O conteúdo é informativo, sendo uma reportagem, e fala sobre a história de mulheres que passaram pelo processo de transição capilar. A publicação foi escolhida devido ao número de curtidas e a relação com o tema estudado.

Figura 9: segunda publicação em análise

⁴¹ Estamos falando aqui sobre como a mulher negra é pautada e contextualizada nos processos que envolvem cada material publicado. Em específico, este estudo concorda com a noção de que mulheres negras falem e escrevam sobre suas vivências, o que apontamos, ao falar da não difusão do pensamento feminista negro no artigo, se deve a sua grande repercussão e o envolvimento com casos de racismo contra mulheres negras. Nesse sentido, a proliferação de ideias, principalmente pelos compartilhamentos, não esteve vinculada a interseccionalidade, ao feminismo negro. A/o jornalista tem o papel de colocar as questões evidentes sob as várias dimensões de cada acontecimento.

⁴² O Grupo Globo é uma junção de empresas da mídia, diversos ramos fazem parte dele: como a Rede Globo de Televisão e portais de notícias. A Globo domina o ramo e exerce um papel que é combatido por movimentos sociais, dado que apresenta a perpetuação de diversos estereótipos das pessoas e, conseqüentemente, uma falta de representação da diversidade, ou por envolvimento em questões de ordem política.

Geledés Instituto da Mulher Negra
18 de novembro de 2015 · 🌐

“Tem que dar um jeito no **cabelo** dessa menina, só vive para o alto”.
#geledes #cabelo



Mulheres mostram personalidade ao assumir cabelos black, trançados e coloridos - Geledés

“Tem que dar um jeito no **cabelo** dessa menina, só vive para o alto”.

GELEDES.ORG.BR

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

1) Estrutura

A publicação é formada por um hiperlink que redireciona, ao clicar, à leitura no site da instituição. Um trecho da matéria é destacado na fanpage “Tem que dar um jeito no cabelo dessa menina, só vive para o alto”, sendo uma forma de reverberar o debate sobre o assunto publicado na rede social (Recuero, 2009). Nesse caso, Geledés não acrescenta opinião ou informação, além das contidas na matéria divulgada. A contribuição de Geledés está na utilização das *hashtags* #geledes e #cabelo, sendo mais um artifício, principalmente a #cabelo, para a explicitação do tema da publicação. A frase evidenciada traz uma linguagem informal e um tom de opinião racista, dado que o texto destacado é a fala ouvida por uma das personagens da matéria.

O hiperlink traz o título da matéria e a palavra Geledés indicando que o conteúdo se encontra no portal da organização. Ao acessar o texto no portal, notamos cinco identificações de estrutura: a mesma foto da postagem na fanpage evidenciada, o título, o

primeiro parágrafo da matéria contendo a frase destacada na página, a assinatura da autora e um hiperlink com a palavra “Extra”, indicando a fonte da matéria e redirecionada ao site do portal. Geledés classifica a matéria em “Variedades”, ao clicar nesse hiperlink temos acesso a várias matérias do Portal Geledés, muitas relacionadas com mulheres negras e homens negros na música, ramo empresarial, na moda ou no cinema. A matéria segue em tom informal como na frase: “Ela é a dona do black mais comentado de Caxias. Dona do blog Coisa de menina indecisa, Priscila Barbosa assumiu há três anos o estilo natural do seu cabelo. Depois da atitude, não parou mais de brilhar” e traz quatro fontes e fotos de cada uma. A repórter, em alguns parágrafos, descreve a história contada pelas fontes e logo após insere a fala das fontes. Na matéria há um hiperlink que redireciona ao blog de uma das entrevistadas.

2) Significado

A escolha de republicar a matéria se relaciona com a evidência da pauta sobre deixar de utilizar produtos químicos no cabelo em busca do cabelo natural. Na matéria, a autora vai construindo o texto de acordo com a fala das entrevistas, sendo uma maneira de apresentá-las ao público. No decorrer da matéria, uma fala de Tay Oliveira (mesma do blog em hiperlink), conta a sua experiência: “Eu não gostava das minhas curvas, do meu cabelo nem do meu nariz. As pessoas diziam que eu era mestiça ou mulata. Mas eu sou negra. Precisei, primeiro, me ver como uma negra para depois entender e aceitar todas as minhas características”. Percebemos o uso termos “mulata” e “mestiça” na fala da entrevistada, como também a autoafirmação da identidade negra, em seguida, a repórter parte para uma citação indireta de Tay que diz: “para Tay, ter poder é aceitar quem você é. Sem medo”. A partir disso, percebemos a ausência de contextualização do termo “mulata” pela jornalista, o que pode impossibilitar, à primeira vista, o olhar acerca das nuances que o termo carrega como a hiperssexualização do corpo da mulher negra e, historicamente, a crença que pessoas ditas mulatas eram estéreis por advir da palavra mula (CORRÊA, 1996; GONZALEZ, 1984).

Seguindo, na frase inserida na construção da matéria: “não parou mais de brilhar” escrita pela repórter em referência à narrativa da história de Priscila, segunda entrevistada, depois de passar pelo processo de transição capilar – que também tem na sua a fala a

autoafirmação negra – nota-se a conotação da palavra “brilhar”, exercendo sentido de aparecer e, na nossa observação, um complemento da frase de Priscila que exprimiui: “eu me escondia. Ter o cabelo alisado me tornava mais uma na multidão”. Logo depois, ainda sobre Priscila, a repórter profere que “as raízes de Priscila foram domadas aos 14 anos. Foi só na vida adulta que ela teve coragem para deixar o seu cabelo crespo ganhar vida”. O verbo domar, que no sentido literal significa amansar por meio de alguma força, faz menção ao alisamento realizado no cabelo de Priscila, relacionamos o uso do termo com o conceito de discurso e do texto conter marcas ideológicas, isto é, conforme Barros (2005), o discurso é, nesse caso, uma narrativa repleta de escolhas feitas pelo sujeito enunciador. A reportagem ainda aborda a questão de autoestima, na fala de Priscila, e a questão da auto aceitação.

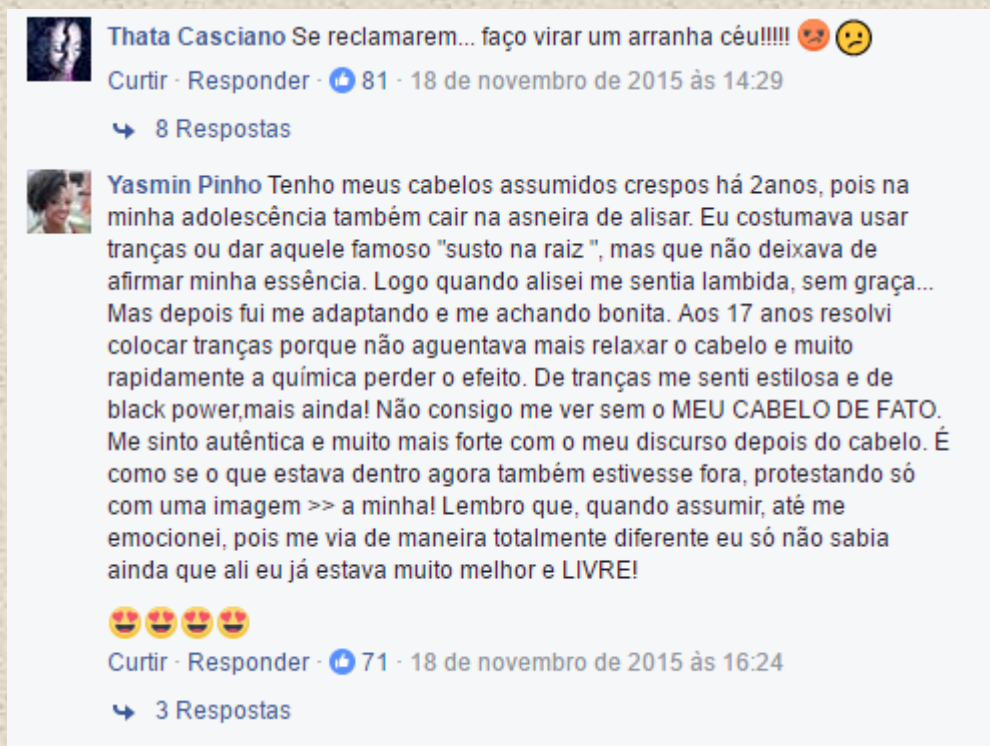
Após a história de Priscila, entra a experiência de Vanelli Brasil: “todo mundo na minha família perdeu os cachos. De tanto fazer, aos 16 anos, não tinha mais nenhum cachinho. Ali, me vi sem identidade”. Partindo disso, entrelaçamos a fala com questão de identidade de Hall (2000), Woodward (2000) e Gomes sobre identidade negra (2005). A repórter, em citação indireta da história de Vanelli, aborda a falta de representação na televisão e no dia a dia de mulheres cacheadas. A última entrevistada comenta a representação na mídia, Letícia Lisboa: “ninguém sabia direito como cuidar do meu cabelo. Lembro que queria ser paqueta, e o cabelo tinha que ser liso para o teste”. Posteriormente, mais uma trecho de citação indireta da repórter, na qual ela fala que Letícia “assumiu sua personalidade [quando assumiu os cabelos]”. A partir daí a reportagem já recebe um tom de finalização e a repórter interpreta a comentário de Letícia: “segundo Letícia, as meninas que querem exibir seus fios naturais e fazer moda com eles precisam ter pensamento firme”, em referência a frase que fecha a matéria: “muita gente vai falar que é feio, trabalhoso. Precisamos manter e acreditar na nossa beleza. Mude sem medo e orgulhe-se”. Percebemos que Letícia não faz alusão à moda, mas sim a questão de beleza, de ser bela, mesmo não estando nos padrões de beleza perpassados pela mídia.

3) Interação

A publicação teve 5.051 curtidas, de acordo com Recuero (2014a), o ato de curtir significa um apoio à mensagem e uma forma de legitimar quem divulgou a mensagem, mas também uma ação que demonstra que se está na rede, ou seja, esse número de curtidas

representa as pessoas que interagiram com a postagem. Quanto ao compartilhamento, observamos a quantidade de 548, um número bem menor do que as curtidas e uma menor difusão da informação no Facebook, desse modo, pequena exposição das pessoas em seus perfis sobre o assunto, em relação ao número de curtidas. Reportando-se aos comentários na postagem, identificamos 105, o ato de comentar aponta para uma integração e colaboração no debate sobre o conteúdo publicado por Geledés (Recuero, 2014a). Nessa postagem, notou-se a obtenção de maior uso do da interação através do botão “curtir” em dois comentários, um com 81 e o outro com 71. Ao longo da leitura dos comentários, percebemos a existência de mensagens positivas em relação a deixar os cabelos naturais e experiências com o processo de transição.

Figura 10: comentários mais curtidos da segunda publicação analisada falam sobre a experiência com o cabelo



Comentários negativos também foram realizados na postagem, principalmente, em reprovação de cabelos naturais. Observamos frases como “quem liga pra essa merda” dita por um homem e “mostram paiçadas isso sim” feita por uma mulher em relação ao título da reportagem.

Figura 11: comentário negativo de um homem em relação a matéria



Figura 12: comentário que satiriza a publicação



Os comentários também abordam, no seu discurso, a palavra “personalidade” utilizada no título da matéria; um deles diz “sou negra, uso cabelos escovados, e nem por isso deixo de mostrar minha personalidade”, angariando três curtidas. Outro comentário versa sobre identidade e cita uma das entrevistas e capa da matéria “Tá linda Tay. Cabelo é identidade”, havendo duas curtidas como interação.

Figura 13: comentário que utiliza a palavra “personalidade” em alusão à matéria publicada

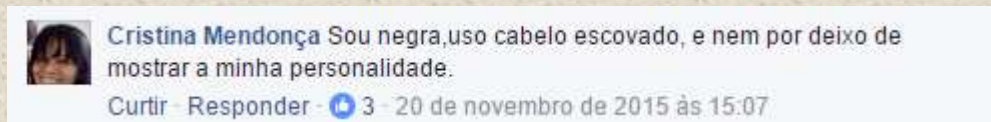


Figura 14: comentário que faz referência à entrevistada e sobre identidade



4) Comportamento social

Voltamos para o título da matéria “Mulheres mostram personalidade ao assumir cabelos black, trançados e coloridos”, e verificamos que o discurso das entrevistadas Tay e Priscila evidencia a autoafirmação negra. A questão de mostrar personalidade usando de diversas maneiras o cabelo, saindo do molde padronizado, é percebida em algumas falas como: “fortalecer a personalidade” dita por Priscila e “meu cabelo reflete minha personalidade” de Letícia Lisboa. A reportagem não tem um discurso problematizador nem insere contextos sociais pertinentes, apenas descreve as histórias das entrevistas, apesar de trazer uma variedade de experiências pessoais sobre o processo de reconhecimento.

No nosso primeiro momento de análise desta matéria assinalamos que o Extra faz parte do Grupo Globo, grupo que tem diversos setores da mídia e perpassa estereótipos da mulher negra, por exemplo, nas suas produções televisivas. Ao contextualizar com a

reportagem de Thamara Laila, verificamos que a pauta se refere à aderência dos veículos de comunicação ao tema com o discurso de está na moda ter/deixar os cabelos naturais, principalmente, no que tange aos cabelos cacheados. Por esse ângulo, a questão de ter cabelos com cachos perfeitos sem frizz é difundida pelas marcas de cosméticos, o que pode causar uma não identificação das mulheres negras de cabelos crespos e/ou uma cobrança de ter cabelos cacheados definidos.

Notamos que na matéria o assunto “cabelo crespo” aparece tanto citado pela jornalista quanto na fala das entrevistadas. Entretanto, como dito, inexistente o aprofundamento de experiências como: a identidade da mulher negra e a dificuldade de autoafirmação negra pelo padrão de beleza difundido hegemonicamente, ou seja, para além de personalidade, a autoafirmação do cabelo é uma questão de identidade ou, às vezes, simplesmente pela desistência de passar por processos químicos que agridem o cabelo e até a saúde. Trazendo o feminismo negro à análise e dialogando com a ideia de Carneiro (2003b), os meios de comunicação é pauta do movimento de mulheres negras, visto que perpassam ideias prejudiciais a identidade negra.

Nessa perspectiva, dado as interações realizadas na publicação, a matéria divulgada por Geledés propicia o olhar sobre o processo de transição capilar, principalmente pelas falas das entrevistas e pelos comentários realizados que relataram vivências pessoais. No entanto, ainda é preciso olhar para o processo de transição capilar como algo para além de “assumir personalidade”.

6.4.3 Análise da publicação 3: a notícia

Com a manchete “Após polêmica, Bell Marques terá que alterar música”, a notícia foi publicada no dia 14 de dezembro de 2015 e trata da alteração da música *Cabelo de Chapinha*, interpretada pelo cantor Bell Marques, ex-vocalista do grupo musical Chiclete com Banana. A obrigação de mudança da letra se deve ao conteúdo machista-racista da letra da música, decorreu de uma ação do Ministério Público, que resultou num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁴³ e a Bell Marques foi obrigado a assinar. Sendo assim, por

⁴³ Segundo o site do Conselho Nacional do Ministério Público, o TAC “é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial”. Disponível

referir-se a questão de gênero e a racial, simultaneamente e explicitamente, selecionamos essa publicação para análise. A notícia é da jornalista Maíra Azevedo, do A Tarde ligado ao Grupo A Tarde – conglomerado de mídia.

Figura 15: terceira publicação em análise

Geledés Instituto da Mulher Negra
14 de dezembro de 2015 · 🌐

“A música é alegre, como a maioria das minhas canções. Quis mostrar que existem outras formas de dizer ‘eu te amo’. Afinal, a mulher é minha, tenho o direito de escolher e pedir pra ela colocar o corte ou o vestido que eu mais gosto”.

#geledes #casosderacismo #violênciacontramulher

Após polêmica, Bell Marques terá que alterar música - Geledés
O cantor Bell Marques compareceu nesta segunda-feira, 14, na sede do Ministério Público para firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). No documento,....
GELEDÉS.ORG.BR

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

1) Estrutura

A publicação segue com o padrão realizado nas análises anteriores, assim, a parte: “A música é alegre, como a maioria das minhas canções. Quis mostrar que existem outras formas de dizer ‘eu te amo’. Afinal, a mulher é minha, tenho o direito de escolher e pedir pra ela colocar o corte ou o vestido que eu mais gosto” foi retirada da notícia identificada pelo

em:< <http://www.cnmp.gov.br/direitoscoletivos/index.php/4-o-que-e-o-termo-de-ajustamento-de-conduta>>. Acesso em 10. nov. 2016.

título e, logo após, pelo nome Geledés. Dessa vez, há o uso de três *hashtags* #casosderacismo, #violênciacontramulher e, novamente, a #geledes, evidenciando o tema da notícia. Ao clicarmos no *hiperlink* e tendo acesso à notícia no Portal Geledés, observamos a foto de Bell Marques, a mesma da publicação na fanpage, a classificação por Geledés da notícia em “casos de racismo”, em seguida, o título da matéria, o lide⁴⁴, assinatura da jornalista e o portal, cujo está vinculada.

Cumprindo o padrão de uma notícia, a linguagem formal é utilizada. A notícia contém cinco fontes: a antropóloga Naira Gomes, do Empoderamento Crespo⁴⁵; o compositor de *Cabelo de Chapinha*, Filipe Escandurras; Bell Marques; a socióloga Vilma Reis; e a advogada Dandara Pinho.

2) Significado

O material noticioso começa com o lide que diz “O cantor Bell Marques compareceu nesta segunda-feira, 14, na sede do Ministério Público para firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). No documento, ele se compromete em alterar a letra da música “Cabelo de Chapinha⁴⁶”, lançada na última semana”. Nesse parágrafo, a objetividade jornalística, ao construir uma notícia, é utilizada, prática predominante nas empresas de comunicação a partir do século XX (BIROLI, 2007). Depois disso, a autora explica que foi exigida do cantor, após a assinatura do TAC, a realização de campanha durante o Carnaval de Salvador 2016 contra o racismo e o machismo. O desenvolvimento da notícia se dá por meio da explicação do acontecimento, assim, Máira Azevedo relata que após Bell Marques divulgar a música *Cabelo de Chapinha* por meio do Facebook gerou repercussão na internet e “a letra da música foi considerada machista e racista por muitos fãs e movimentos sociais”.

⁴⁴ Primeiro parágrafo da notícia no qual são fornecidas as informações básicas do acontecimento como lugar, quem ou o quê está envolvida/o, proporcionando uma assimilação maior logo no momento inicial da leitura.

⁴⁵ Marcha de Empoderamento Crespo em Salvador, que vê o cabelo crespo como uma afirmação política das mulheres negras e dos homens negros.

⁴⁶ Versão antes do TAC: "Minha nega, vai lá no salão faz aquele corte que seu nego gosta de te ver; Me trás seu coração, porque essa noite só vai dar eu e você; Com esse amor ninguém pode; Só água na cabeça; Pra apagar o fogo; Ô mainha, mas eu só gosto do cabelo de chapinha, mainha; Ô tá liso, tá lisinho. Tá liso, tá lisinho; Tá liso, tá lisinho. Tá liso, tá lisinho; Ô mainha, mas eu só gosto do cabelo de chapinha, mainha; Ô tá liso, tá lisinho. Tá liso, tá lisinho; Tá liso, tá lisinho. Tá liso, tá lisinho".

Versão depois do TAC: Com esse amor ninguém pode; Só água na cabeça; Pra apagar o fogo; Cabelo crespo, cabelo liso, cabelo black, cabelo loiro; Minha Deusa, dia de salão; Lindo é seu jeito, todo mundo gosta de te ver; Me traz seu coração; Que esta noite só vai dar eu e você; Com esse amor ninguém pode; Só água na cabeça; Pra apagar o fogo; Ô, mainha;; Eu também gosto do cabelo de chapinha, mainha; Tá lindo, tá lindinho, tá lindo, tá lindinho".

A jornalista traz novamente as palavras machista e racista e viabiliza uma perspectiva sobre gênero e raça de acordo com as falas das entrevistas.

Primeira fonte da notícia, a antropóloga Naira Gomes defende que: “a música atinge duplamente a mulher, em especial a mulher negra. Fala de um homem que espera adequação da imagem da sua parceira ao gosto dele. E tem abordagem racista, quando ratifica as opressões que os corpos negros vêm sofrendo [...]”, Naira ainda se coloca, enquanto mulher negra, para dizer que a música “é a imposição de um padrão estético que não nos contempla”. A jornalista referencia a fala de Naira como entrevista concedida ao Jornal Massa, também ligado ao Grupo A Tarde, notamos aí o uso de fala de entrevista dada, primariamente, a outro veículo, um processo das rotinas jornalísticas com o advento da internet, ou seja, o mesmo discurso de Naira esteve atrelado a outros acessos de pessoas e recaímos aqui na questão de recorrer à mesma fonte (BIANCO, 2004).

A posição do autor da letra da música vem em seguida, a jornalista anuncia que ele opinou sobre o ocorrido, logo por isso, destacamos o trecho: “quis mostrar que existem outras formas de dizer ‘eu te amo’. Afinal, a mulher é minha, tenho o direito de escolher e pedir pra ela colocar o corte ou o vestido que eu mais gosto”, o mesmo – em íntegra – é destaque na publicação da fanpage Geledés. Essa visão do compositor Filipe Escandurras evidencia a ideologia do machismo, visto que a assimetria, no seu discurso, entre o amor e a imposição da sua vontade no uso de roupas e cabelos – no caso alisá-los – atribuí um status de propriedade à mulher e faz apologia a violência. Em seguida, a jornalista narra que Bell Marques através da sua rede social se “solidarizou” com Escandurras e proferiu: “muito boa essa forma gentil que o compositor encontrou para enaltecer sua amada e que deveríamos aplaudir, pois essa é a mensagem da música: gentileza e amor”, mais uma vez nota-se a ideologia machista no depoimento. A palavra “solidarizou” usada por Maíra Azevedo em atribuição a ação do cantor significa de modo literal à prestação de apoio ao compositor, sob nossa perspectiva, a atitude de Bell Marques envolve o elo que os homens se propõem a ter em situações de defesa de suas atitudes machistas.

A jornalista utiliza a expressão “diferentemente de Bell e Escandurras” para contextualizar o depoimento da socióloga Vilma Reis sobre o caso e realizar o contraponto à opinião do cantor e do compositor. A jornalista, antes de abrir aspas à fala, enuncia a

opinião da socióloga sobre a música *Cabelo de Chapinha* como possível contribuição a violência contra a mulher: “muitas mulheres vivem situações extremas de violência, porque as coisas foram tratadas como brincadeiras. Uma sociedade que opina na estética vai querer exercer controle social sobre o corpo dessa mulher”, avalia Vilma Reis. O tom do enunciado da jornalista é de possibilidade “pode contribuir”, todavia o texto da entrevista é de afirmação. Essa ligação com a violência nos permite a citação das mortes por assassinato de mulheres negras, dados que são cada vez mais agravantes, segundo o Mapa da Violência 2015 realizado por Waiselfisz (2015).

Indo para o arremate da notícia, Maíra traz a opinião da advogada Dandara Pinho: “‘Cabelo de Chapinha’ é uma agressão, pois reforça o poder dos homens, incentiva o machismo e quebra a autonomia feminina, quando a mulher precisa fazer algo para agradar a seu parceiro”.

3) Interação

Alcançando um total de 1.044 curtidas, a publicação gerou 215 compartilhamentos e 84 comentários. A parte da notícia evidenciada por Geledés provocou comentários diretamente relacionados ao seu discurso, especialmente, no que se diz respeito à ideia de propriedade da mulher: “afinal, a mulher é minha, tenho o direito de escolher e pedir pra ela colocar o corte ou o vestido que eu mais gosto”, dita por Escandurras. Contanto com cinco comentários mais curtidos, observamos neles a menção do texto destacado em três, em um houve destaque para o papel das mulheres negras no movimento a fim de alterar a música e em outro a questão racial em Salvador (BA).

Figura 16: comentários mais curtidos da publicação



Desses comentários dois estabelecem diálogo por meio do recurso “responder”. Os comentários seguem o padrão dos mais curtidos, em que a maioria estabelece relação à frase de Escandurras, como também utilizam linguagem coloquial e recursos de interatividade como uma internauta que postou nos comentários da publicação a música *Cabelo de Chapinha*. Foram observados comentários em apoio a Bell Marques. Podemos notar em dois desses argumentos a posição de Bell Marques enquanto vítima da sociedade e admiração pelo cantor por ele firmando o TAC.

Figura 17: posição em defesa de Bell Marques

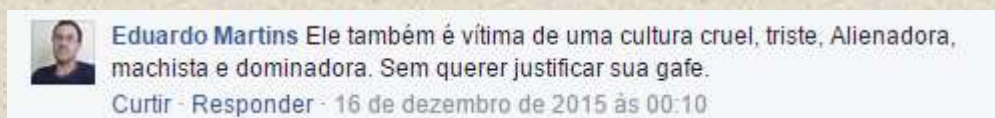
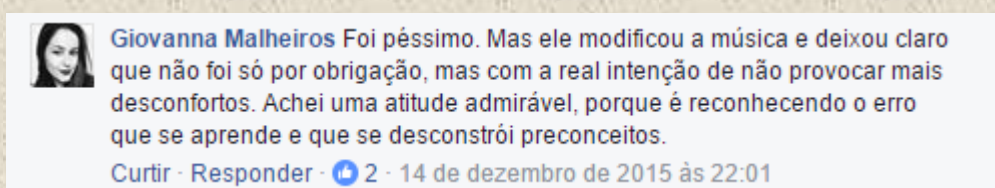


Figura 18: posição que se coloca contra a atitude de Bell Marques, mas, ao mesmo tempo, diz que achou “uma atitude admirável” a mudança



4) Comportamento social

O Portal Geledés no papel de republicar material de outros sites, às vezes, altera componentes que foram publicados/escritos originalmente pela/o jornalista. Esse é o caso desta notícia analisada. Redirecionando a leitura ao Portal A Tarde, verificamos o título original “Bell Marques assina acordo e muda letra polêmica de música” e no Geledés temos “Após polêmica, Bell Marques terá que alterar música”. O discurso em Geledés, pelo título, subtrai a informação do acordo feito pelo cantor, ressaltamos a informação dada na notícia em Geledés que a advogada Dandara Pinho já teria avaliado uma possível ação judicial contra a música. Ao analisarmos especificamente o discurso em Geledés, percebemos que as mudanças realizadas não modificam as marcas ideológicas da jornalista Maíra Azevedo, no entanto não abrem espaço para a fala do cantor. Entretanto a principal questão da matéria é o racismo e machismo contido na composição da letra da música *Cabelo de Chapinha*, evidenciada tanto em Geledés quanto na notícia original.

A discriminação mista (CREASHAW, 2004) que atinge a mulher negra, simultaneamente, em gênero e raça, aparece na fala de Naira Gomes, sendo a mais relacionada de maneira direta com a situação de violência contra a mulher negra na música. Nesse sentido, além da imposição do padrão estético que mina a autoestima das mulheres negras, a violência e o poderio orquestrado pelo machismo é o discurso mais evidente nas falas das fontes. A construção da narrativa da notícia nos mostra que as três entrevistas feitas com mulheres negras participantes da militância, proporcionando um olhar acerca das questões raciais e de gênero na letra da música.

Em relação à publicação na fanpage Geledés e o destaque à frase machista de Filipe Escandurras, retirada da notícia, atentamos que os comentários feitos na postagem se relacionam muito com a noção de ligação do título e a figura de Bell Marques e a parte enfatizada, isto é, comentários direcionados a Bell Marques, sendo que a frase destacada fora dita por Escandurras, o compositor da letra. No entanto, cabe destacar que a fala do cantor encontrada na notícia é tão machista quanto a evidenciada, uma vez que demonstra apoio ao compositor. Problematizar e repercutir na rede gênero e raça seria ressaltar a posição de Naira Gomes, assim, Geledés apenas torna evidente sob o recurso das #casosderacismo e #violênciacontramulher.

Percebemos na publicação atitudes ciberativistas (SILVEIRA, 2010), por exemplo, ficou evidente o discurso nos comentários de confronto a atitudes machista-racistas como da notícia publicizada, apesar do número pequeno de compartilhamentos (215) quando colocamos em comparação às outras analisadas. Mesmo que não tenha angariado nenhuma interação através de curtida ou resposta, uma participante da rede utiliza a #MeuAmigoSecreto – campanha feminista que tinha como objetivo abordar o machismo de homens conhecidos pelas internautas que aderiram o movimento ciberativista - em associação do acontecimento postado com a campanha feminista difundida em 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências circundantes à vida da mulher negra estão atreladas a diversas instâncias e recortes. Por esse ângulo, na construção desta monografia, procuramos analisar a atuação de Geledés no que se refere à divulgação, através do Facebook, sobre assuntos pertinentes à vida da mulher negra, a fim de evidenciar a história, a identidade, a beleza negra positivamente, sendo assim, a sua ação no empoderamento da mulher negra. Nesse sentido, utilizamos a perspectiva do pensamento feminista (COLLINS, 2016), isto é, enlaçamento entre raça, gênero ao longo do trabalho. A difusão de estereótipos da mulher negra dificulta a construção do empoderamento negro e feminista, ao mesmo tempo. Entretanto a força do pensamento e embate de mulheres negras mostra-se cada vez mais visível, principalmente, através de discursos empoderadores⁴⁷ e vídeos no Youtube produzidos por mulheres negras, especialmente, as mais jovens. Porém, o acesso à internet não é um privilégio de todas. Nesse sentido, retomamos o dado da pesquisa realizada pelo Cgi.br em 2015 e evidenciamos que 64% da população mais pobre nunca teve acesso a internet.

A escolha da fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra, durante a pesquisa, foi acertada, pois conversou de maneira direta com as problematizações que nos propomos a realizar. No entanto, enfrentamos dificuldades durante a coleta do material, visto que não há no Facebook uma ferramenta facilitadora de acesso a postagens antigas, o uso do recurso cronológico, não mais disponível, simplificou a coleta, ainda assim foi um mapeamento trabalhoso e demorado.

A partir da análise quantitativa do material coletado, podemos inferir que a questão racial é a temática mais abordada por Geledés, sendo os assuntos implícitos ou explícitos com foco na mulher negra ou na publicação de informações sobre a violência policial e racial contra jovens negros de periferia no Brasil, violência essa que faz relação com a vivência das mães negras, como também com o genocídio de juventude negra. Sendo assim, a filtragem de informações através do *gatewatching* (BRUNS 2005 apud RECUERO, 2009), abordado neste trabalho, está relacionada com a dimensão do racismo na vida das mulheres negras. A

⁴⁷ Encontram-se diversos textos sobre feminismo negro no site Blogueiras Negras. Disponível em:< <http://blogueirasnegras.org/>>. Acesso em: 16. nov. 2016.

análise quantitativa ressaltou também que as interações através dos botões “curtir”, “compartilhar” e “comentar” tendem a reverberar assuntos que estejam ligados a raça.

Os produtos jornalísticos, além de informar, precisam evidenciar e problematizar – mesmo que de forma objetiva, visto que existe a subjetividade na construção do discurso – as vivências diferentes que fazem parte da vida das pessoas. Sabendo que uma pessoa não vive apenas uma experiência e falando que a mulher negra não é somente negra e não é somente mulher e mais ainda não é somente mulher negra. Temos, então, a mulher negra que não é heterossexual, nesse sentido, pode vivenciar a interseccionalidade de sua vivência a partir de outras identidades: lésbica, bissexual, transexual. Por conseguinte, ao afinar o mapeamento para identificar a interseccionalidade abordadas em um mesmo produto, este estudo conclui que quanto mais se faça parte de grupos sobrepostos menos visível vai estar suas experiências nos produtos divulgados. À vista disso, assinalamos que este trabalho visou falar da mulher negra (gênero e raça), nesse sentido, nos provocamos abordar futuros estudos sobre a mulher negra e outras intersecções, assim como reforçamos a importância de pesquisas interseccionais.

Neste estudo, enfrentamos dificuldades ao realizar a pesquisa teórica sobre o feminismo negro e constatamos que muitos textos não tem tradução para o português. Há vários textos que militantes feministas negras publicam na internet e, bastante disso, advém da tentativa de encontrar um feminismo que contemple as questões das suas outras vivências. Destacamos que bell hooks (2014), Angela Davis (2013) trouxeram uma grande base para vários pensamentos e desenvolvimento do trabalho, ainda que não tenham sido citadas durante a análise. Assim como a brasileira Lélia Gonzalez (1984), citada neste trabalho.

A análise das três publicações jornalísticas divulgadas por Geledés utilizando o método da ADMC trouxe contextos diferentes de perspectivas de um mesmo produto, no caso, do artigo de opinião, da reportagem e da notícia. Excetuando a notícia, atentamos que as problematizações do feminismo negro sob mais de uma perspectiva são pouco notadas nesses produtos jornalísticos analisados, à vista disso é relevante destacar alguns dos textos opinativos publicados por Geledés pertencem a feministas negras brasileiras que não são jornalistas, citamos: Cidinha da Silva, Djamilia Ribeiro e Stephanie Ribeiro.

A falta de uma perspectiva feminista negra no conteúdo jornalístico analisado exerce relação com o fato de Geledés republicá-los de grandes portais de notícias. Desse modo, as pautas provocadas por campanhas feministas no Facebook não são postas em visibilidade através do discurso jornalístico/produto jornalístico publicado pela fanpage Geledés quando se trata de falar sobre a mulher negra. Percebemos ações ciberativistas através das interações das pessoas com as publicações de Geledés. A partir disso, este trabalho reforça a ideia de um jornalismo que traga pensamentos e ideias diversificadas, a fim exclusão do discurso hegemônico e o olhar à mulher negra além da raça, no entanto, conforme Carneiro (2003a), tendo “como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero”.

Verificamos que a atuação de Geledés no que concerne a materiais contribuintes ao empoderamento da mulher negra é motivadora, visto que possibilita o acesso a assuntos estritamente relacionados à sua vivência, entretanto também ressaltamos, novamente, que a interseccionalidade no discurso jornalístico publicado pela fanpage é barrada sob uma perspectiva simultânea de gênero e raça explícita e constante. Apesar disso, evidenciamos o seu papel no seu olhar crítico no que diz respeito à subordinação estrutural (CREANSHAW, 2004), no qual a mulher negra atingida por uma estruturação do racismo – e isso é relacionado também com os diversos casos de racismo publicados por Geledés contra mulheres negras – também tem relação com o olhar feminista negro. Nesse contexto, esta monografia tem apenas caráter de pesquisa e conclusão inicial, ou seja, pretendemos aqui mostrar a necessidade de abordar o feminismo negro, desse modo, provocando reflexões e novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, p. 443-469, 2002.
- AGNEZ, Luciane Fassarella. Convergência entre meio impresso e digital: reconfigurações nas rotinas jornalísticas da Tribuna do Norte e do Extra. **Intexto**, n. 26, p. 38-53, 2012.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora, 1998.
- ALMEIDA, Tânia M. C.; PEREIRA, Bruna C. J; Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. **Crítica e Sociedade: Revista de cultura política**. v.2, n.2, 2012.
- BATISTA, Carla; CAMURÇA, Sílvia e FRANCH, Mônica. **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero: um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres**. Recife: Iniciativa de Gênero/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. Ed. Ática, 2005.
- BIANCO, Nelia R. Del. A Internet como fator de mudança no jornalismo. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo. v. 27. n.1, 2004.
- BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do 'jornalismo moderno' no Brasil. **História**, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Lex: Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- BRASIL. Lei nº 13.104/2015, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Lex: Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- BRASIL. [Lei Maria da Penha (2006)]. Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2012.

- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos feministas**, p. 91-108, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas. **Cadernos Geledés**, v. 4, p. 8-14, 1993.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. Disponível em: < <https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf> > . Acesso em: 17. set. 2016.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. vol. 1. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTE, Rebeca Freitas. **Ciberativismo**: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação. 2010. Dissertação (Mestrado Ciências da Comunicação – Área de Especialização Estudo dos Media e do Jornalismo). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook-Uma história necessariamente breve. **Revista Alceu** - v. 14 n. 28. p. 168-187, 2014.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos pagu**, n. 6/7, p. 35-50, 1996.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. 1989. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> > . Acesso em: 26. nov. 2015.
- DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1. ed. 1982. Tradução Livre. Portugal: Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: < <https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf> > . Acesso em: 12 fev. 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade classes**. 1964. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Secretária da Mulher de Pernambuco. **Mulheres construindo igualdade**: caderno etnicorracial. ALBERNAZ, Lady Selma et al. Recife, 2011.

- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.
- HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo**. 1. ed. 1981. Tradução Livre. Portugal: Plataforma do Gueto, 2014. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- KARAWJCZYK, Mônica. As suffragettes e a luta pelo voto feminino. **História**, 2013.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al (Org.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Tradução: Miriam Nobre, 2003.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LORDE, Audre. Age, race, class, and sex. **Sister outsider**. v. 16, n. 9, 1984.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- MELO, Iran Ferreira. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Letra Magna**, n. 11, 2009.
- MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- MORAES, Denis de. O ativismo digital. **Disponível em**, 2001.
- MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista Eptic**, v. 9, n. 2, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões**. Estudos avançados, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. Editora Contexto, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- POLIAKOV, Léon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. Editora Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. . In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão**, 2009. Disponível em:< <http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>>. Acesso em: 06. out. 2016.
- RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014.
- RECUERO, Raquel. **Métricas de Centralidade e Conversações em Redes Sociais na Internet: Desvelando Estratégias nos Debates Presidenciais de 2014**, 2014. Disponível em:< <http://www.raquelrecuero.com/artigos/abciberfinal2014.pdf>>. Acesso em: 09. out. 2016.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.
- RIOS, Flavia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2014.
- SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.
- SANTOS, Giselle C. Anjos. **Somos Todas Rainhas**. 1. ed. São Paulo: Associação Frida Kahlo e Articulação Política de Juventudes Negras, 2011.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista Usp**, n. 86, p. 28-39, 2010.
- VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. In: **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília, 2009, p. 19.
- VOGEL, Luiz Henrique. A difícil inserção: voto feminino e as condições sociais de acesso ao campo político no Brasil (1932-2012). **Câmara dos Deputados: Consultoria Legislativa**, 2012.
- VOLCAN, Taiane de Oliveira. **O papel do humor no discurso político: uma análise dos perfis Dilma Bolada e Dilma Rousseff no Facebook**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, 2014.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015.
- WERNECK, Jurema. **O Samba Segundo as lalodês: mulheres negras e a cultura midiática**. 2007. 318 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

APÊNDICE | LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – MAPEAMENTO DE DADOS NO GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA

TEMÁTICA: MULHER NEGRA

Mês: julho

Nº	Título	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários	Gênero	Tema	Âmbito	Assinatura	Data
1	“What happened, Miss Simone?” – Nina Simone, a mulher e a Política	848	119	31	Opinativo	Biografia	Internacional	Isabela Kanupp do Para Beatriz	29/07/2015
2	Santa Catarina se prepara para a Marcha das Mulheres Negras	1.636	224	18	Informativo	Direitos Humanos	Local	Paula Guimarães, no Enredo Criativo via Guest Post	28/07/2015
3	10 mulheres negras que fazem a diferença na Bahia	349	71	11	Informativo	Diversos	Local	Kátia Prado e Érica Lago no R7	26/07/2015
4	O racismo, o preconceito e a discriminação em suas formas e exposição	659	107	15	Opinativo	Direitos Humanos	Nacional	Amanda Martins Cruz e Mattos, via Guest Post	26/07/2015
5	A linhagem das Carolinas: a mulher negra que escreve já é uma transgressora	1.636	305	33	Opinativo	Diversos	Nacional	Daniela Luciana Do Afro Latinas	25/07/2015
6	Vilma Reis toma posse como Ouvidora Geral da DPE	962	114	06	Informativo	Política	Nacional	Fabiana Guia no Correio Nagô	25/07/2015
7	Festival Latinidades debate a exposição da cultura negra pela internet	132	33	02	Informativo	Diversos	Internacional	_____	24/07/2015

8	Estudantes acusam professor da UFF de machismo e injúria racial	1582	344	53	Informativo	Diversos	Nacional	Elena Wesley no O São Gonçalo	20/07/2015
9	Quanto mais se nega a existência de racismo, mais ele se propaga, diz ministra	3.815	1088	58	Informativo	Racismo	Nacional	Mariana Tokarnia, no Agência Brasil	19/07/2015
10	Maria Firmina dos Reis sofreu muito preconceito, mas foi a primeira romancista brasileira	1421	673	26	Informativo	Biografia	Nacional	Nicole Ayres Luz Do Homo Literatus	18/07/2015
11	Mulher, negra e feminista: conheça a nova vice-presidenta da UNE	517	133	13	Informativo	Educação	Nacional	_____	16/07/2015
12	Convite – Tributo à Lelia Gonzalez no Centro Cultural Banco do Brasil/São Paulo – 15 de julho de 2015	656	177	16	Informativo	Memória	Local	_____	08/07/2015
13	Racismo na Internet: Como denunciar?	204	94	03	Opinativo	Racismo	Nacional	Maria Lidiane – Militante do Movimento Negro do RN no Carta Potiguar	07/07/2015
14	Conexões diaspóricas: mobilização da Marcha das Mulheres Negras no mundo	1137	147	12	Opinativo	Luta/Militância	Internacional	Carta da Primeira Cumbre de Lideresas Afrodescendentes de las Américas em apoio à Marcha de Mulheres Negras Brasileiras	04/07/2015

15	Medalha Theodosina Ribeiro – Conheça as homenageadas 2015	329	56	04	Informativo	Diversos	Nacional	Do Ceert	01/07/2015
----	---	-----	----	----	-------------	----------	----------	----------	------------

Mês: agosto

Nº	Título	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários	Gênero	Tema	Âmbito	Assinatura	Data
1	Adolescente baleada em tiroteio na Vila Aliança morre no hospital; mais de 3.800 alunos ficam sem aula	82	16	05	Informativo	Violência	Local	O R7	29/08/2015
2	Não precisava cuspir no prato	143	27	01	Opinativo	Racismo	Nacional	Edson Lopes Cardoso via Guest Post	28/08/2015
3	Jovens, negros e europeus: webséries abordam vivências de filhos da diáspora africana na Europa	342	68	08	Informativo	Diversos	Internacional	Carmen López no Ópera Mundi	28/08/2015
4	11 mulheres do cinema Indie para conhecer e ficar de olho	387	67	01	Informativo	Cultura	Internacional	Mulher no Cinema	27/08/2015
5	CPI do Assassinato de Jovens ouve mães que tiveram filhos mortos por policiais	116	41	01	Informativo	Violência	Nacional	Mariana Jungmann na Agência Brasil	25/08/2015
6	Abdias sempre	155	25	01	Informativo	Política	Nacional	Flávia Oliveira, do O Globo	24/08/2015

7	16 imagens que mostram por que o feminismo é importante	264	72	08	Informativo	Diversos	Nacional	_____	24/08/2015
8	6 jovens que devem brilhar no Mundial de Atletismo	251	24	0	Informativo	Esporte	Nacional	Rodrigo Borges, do Carta Capital	21/08/2015
9	Jennifer Hudson vai interpretar Aretha Franklin em cinebiografia	2.262	274	53	Informativo	Biografia	Internacional	Taiani Mendes, do Adoro Cinema	20/08/2015
10	Curta em stop motion traz mito da criação do universo contado por Orixás	866	511	60	Informativo	Cultura	Nacional	Orun Àiyé Filme via Guest Post	20/08/2015
11	Apesar da polícia, há vida e amor em Osasco	1.063	199	02	Opinativo	Violência	Local	Andressa Badu e Douglas Belchior, no Negro Belchior	20/08/2015
12	A afirmação negra no Ministério Público	374	90	04	Opinativo	Direitos Humanos	Nacional	Flavio Siqueira Júnior; Sheila de Carvalho; Rodnei Jericó; Daniel Teixeira no Ceert.	18/08/2015
13	Feminismo negro: violências históricas e simbólicas	873	304	12	Opinativo	Violência	Nacional	Djamila Ribeiro, no PONte	17/08/2015
14	A mãe preta já encheu sua mamadeira, vá mamar em outro lugar!	675	117	09	Opinativo	História	Nacional	Emanuelle Goes Do População Negra e Saude	14/08/2015
15	A desvalorização da Vida Negra: uma violência simbólica com consequências reais	277	88	04	Opinativo	Violência	Nacional	Eliabe Ribeiro Vidal via Guest Post	10/08/2015

16	Letramento racial: o caso Fernanda Lima e as babás negras	132	15	05	Opinativo	Racismo	Nacional	Cidinha da Silva, da Revista Fórum	07/08/2015
17	O aborto das escravas: um ato de resistência	763	168	22	Opinativo	História	Nacional	Jéssica Ipólito, do Blogueiras Negras	03/08/2015
18	Dreadlocks: Estilo, Negritude e História reunidos em um penteado milenar	135	24	08	Informativo	Cultura	Internacional	Kauê Vieira, do Afreaka	03/08/2015
19	A morte do leão Cecil e as mortes anônimas do Brasi	1.465	311	36	Opinativo	Violência	Nacional	Mônica Francisco Do Jornal do Brasil	02/08/2015

Mês: setembro

Nº	Título	Curtida	Compartilhamentos	Comentários	Gênero	Tema	Âmbito	Assinatura	Data
1	Kbela + Afrobetizar: O dia de se ver no cinema	633	94	5	Opinativo	Educação	Nacional	Gessica Justino Do Coletivo Oba	30/09/2015
2	Representatividade importa	483	68	5	Opinativo	Cultura	Nacional	Ana Maria Gonçalves via Guest Post	22/09/2015
3	Ficar calada não é uma opção!	397	109	0	Opinativo	Racismo	Nacional	Letícia Cergueira do Naturalíssimas	22/09/2015
4	Como a ditadura perseguiu militantes negros	167	48	0	Informativo	Diversos	Nacional	Marsílea Gombata, do Carta Capital	21/09/2015
5	Estudantes usam a arte como instrumento de combate ao racismo	751	187	8	Informativo	Educação	Nacional	Do estudante	19/09/2015
6	Eu violento / Eu violência	51	12	01	Opinativo	Diversos	Nacional	Felipe Cardoso via Guest Post	15/09/2015

07	Projeto memória Lélia Gonzalez	231	55	05	Informativo	Memória	Local	_____	14/09/2015
08	Na origem de um feminismo negro	377	121	13	Opinativo	Memória	Nacional	Mauricio Ayer, do Outras Palavras	13/09/2015
9	Venus dá trabalho, mas Serena vence irmã mais velha e vai às semis do US Open	84	5	0	Informativo	Esporte	Internacional	Do ESPN	11/09/2015
10	Capitolina e o poder das garotas	640	132	31	Informativo	Diversos	Nacional	Jarid Arraes, do Questões de Gênero	10/09/2015
11	Onde estavam as mulheres negras na ditadura militar?	368	135	09	Opinativo	História	Nacional	Niara de Oliveira Este texto faz parte da Blogagem Coletiva Mulheres Negras 2012.	10/09/2015
12	Taís Araújo posa com look africano para série com Lázaro Ramos	979	72	14	Informativo	Entretenimento	Nacional	Quem	10/09/2015
13	Psiquiatra é condenado a pagar R\$ 50 mil de indenização por racismo	809	278	16	Informativo	Racismo	Local	Do Justiça em Foco	08/09/2015
14	Em Salvador, “negros parecem estar nas mãos de pessoas brancas”, diz Carl Hart	170	52	0	Informativo	racismo	Nacional	Diogo Costa e Thiago Freire, do Correio 24 Horas	06/09/2015
15	‘Enterrei dois filhos, ainda tenho esperança de enterrar meu caçula’	473	97	13	Informativo	Direitos Humanos	Nacional	Fernanda da Escóssia, do BBC	02/09/2015

Mês: outubro

Nº	Título	Curtida	Compartilhamentos	Comentários	Gênero	Tema	Âmbito	Assinatura	Data
1	É preciso ser negro além da estética	2.098	637	37	Opinativo	Identidade	Nacional	Do Linocasouza	29/10/2015
2	Stephanie Ribeiro, feminista, negra, silenciada	844	170	16	Opinativo	Diversos	Nacional	Alex Castro, do Outrofobia	29/10/2015
3	Atrizes negras se reúnem para discutir preconceito e autoconhecimento no espetáculo Pentas	454	65	08	Informativo	Identidade	Nacional	Do Urbana Up	28/10/2015
4	Seppir divulga lista de habilitados no Prêmio Antonieta de Barros	187	16	01	Informativo	Política	Nacional	No Seppir	28/10/2015
5	Uma boneca com cabelo igual ao meu	2.006	409	29	Opinativo	Identidade	Nacional	Deroní Mendes via Guest Post para o Portal Geledés	26/10/2015
6	As mulheres são criadas para achar que o casamento é muito importante' diz Chimamanda Adichie	4.038	1.439	106	Informativo	Diversos	Internacional	Estadão	24/10/2015
7	Cara Gente Branca (Dear White People)	860	146	16	Opinativo	Cultura	Internacional	Duílio Lima Do Portal Fórum	18/10/2015
8	Exposição sobre o feminismo negro será aberta na Uenf, em Campos, RJ	618	144	05	Informativo	Memória	Nacional	Do G1	15/10/2015
9	Pin-ups Negras: Histórias e Tedências	831	124	16	Opinativo	Cultura	Internacional	Por Nah Blanca Uma garota	13/10/2015

10	Professora vítima de racismo leva debate sobre direitos para sala de aula	1039	355		Informativo	Racismo	Local	Livros e Pessoas	08/10/2015
11	Sobre ser o único negro do rolê	1087	256	46	Opinativo	Identidade	Nacional	Jay Viegas, do Vaidapé	06/11/2015
12	Ubirajara e Alzira Fidalgo e a experiência política do Teatro Profissional do Negro	1236	260	27	Informativo	Cultura	Nacional	Fernando Vife, do Desterritório	03/10/2015
13	Oficina de Formação Afreaka: A África nas escolas, uma abordagem sem estereótipos	105	25	03	Informativo	Educação	Local	Afreaka	01/10/2015

Mês: novembro

Nº	Título	Curtida	Compartilhamentos	Comentários	Gênero	Tema	Âmbito	Assinatura	Data
1	Crimes raciais são 68% dos casos em delegacia especializada em SP	32	14	0	Informativo	Racismo	Nacional	Do G1	29/11/2015
2	Sair da Zona de Conforto	101	21	0	Opinativo	Racismo	Nacional	Helio Santos, do Brasil de Carne e Osso	26/11/2015
3	Sobre a solidão da mulher negra	131	18	02	Opinativo	Solidão da mulher negra	Nacional	Albertina Camara Ribeiro via Guest Post	26/11/2015
4	Mulher negra perde emprego por causa do penteado	1.230	460	65	Informativo	Racismo	Internacional	R7	25/11/2015

5	Como parlamentares negros exemplificam a discriminação racial em vídeo	359	86	08	Opinativo	Racismo	Nacional	Cidinha da Silva via Guest Post	25/11/2015
6	No Dia Nacional da Consciência Negra brancos empresários são os grandes homenageados pelos Vereadores de Campina Grande.	479	127	30	Opinativo	Racismo	Local	Jair Nguni via Guest Post	24/11/2015
7	O racismo que nos tira a autoestima já na infância	787	251	18	Opinativo	Identidade	Nacional	Caio Cesar dos Santos via Guest Post	24/11/2015
8	Experiência de dor, resistência e liberdade: Pequenas Histórias de Escravas Fugidas	522	195	10	Artigo Acadêmico Opinativo	História	Nacional	no Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos	22/11/2015
9	Blogueira fala sobre ativismo negro dentro do movimento feminista	1.569	209	10	Opinativo	Luta/Militância	Nacional	Stephanie Ribeiro, na Revista Marie Claire	22/11/2015
10	‘Descendentes precisam saber que história da África é tão bonita quanto a da Grécia’	3083	1830	35	Opinativo	História	Nacional	Fernanda da Escóssia, G1	21/11/2015
11	Para onde caminha a Marcha das Mulheres Negras. Por Cidinha da Silva	1.905	231	24	Opinativo	DIVERSOS	Nacional	Por Cidinha da Silva Do DCM	21/11/2015

12	Malaak Shabazz, filha de Malcolm X, se assusta com passividade negra ante o genocídio	165	65	02	Informativo	Violência	Internacional	Do Alma Preta	20/11/2015
13	Representatividade importa e germina polifonias	785	125	06	Opinativo	Diversos	Nacional	Cidinha da Silva, no blog da Cidinha	20/11/2015
14	CDH fará audiência pública sobre situação da mulher negra	179	34	0	Informativo	Direitos Humanos	Nacional	Do Senado	19/11/2015
15	A Marcha foi das Mulheres Negras. Não teve conflito entre militantes e sim agressão às mulheres por um soldado e machões lambe-botas	1.965	452	27	Opinativo	Violência	Nacional	Por Dulce Pereira no MamaPress	19/11/2015
16	Dilma reafirma compromisso com a luta das mulheres negras	1.678	209	19	Informativo	Política	Nacional	No Brasil.gov	19/11/2015
17	19 imagens que mostram a força e a grandeza da 1ª Marcha das Mulheres Negras no Brasil	2.150	462	29	Informativo	Luta/Militância	Nacional	HuffPost Brasil	19/11/2015
18	Filha do líder negro Malcolm X participa de encontro em SP que vai discutir situação da juventude negra e violência racial na atualidade	2907	687	74	Informativo	Direitos Humanos	Nacional	Douglas Belchior via Guest Post	18/11/2015

19	Mulheres mostram personalidade ao assumir cabelos black, trançados e coloridos	5.051	548	105	Opinativo	Identidade	Nacional	Thamara Laila, do Extra	18/11/2015
20	A presença colorida do feminismo negro	61	01	03	Informativo	Diversos	Nacional	Inês Castilho, do Outras Palavras	17/11/2015
21	Não! Ninguém vai conseguir calar a 'Primavera das Mulheres'	1.074	97	02	Opinativo	Direitos Humanos	Nacional	Andréa Martinelli Do Brasil Post	14/11/2015
22	A presença colorida do feminismo negro	1053	90	02	Informativo	Diversos	Nacional	Inês Castilho, do Outras Palavras	13/11/2015
23	A aula sobre racismo no Brasil da consulesa francesa em SP. Por Cidinha da Silva	1.474	405	32	Opinativo	Racismo	Nacional	Cidinha da Silva Do DCM	13/11/2015
24	A desvalorização da Vida Negra: uma violência simbólica com consequências reais	646	230	05	Opinativo	Violência	Nacional	Eliabe Ribeiro Vidal via Guest Post	12/11/2015
25	No Brasil, mais de 86 mil casos de racismo são denunciados por ano na internet	195	68	03	Informativo	Racismo	Nacional	SBT	11/11/2015
26	Resposta a Luana Piovani	128	62	09	Opinativo	Racismo	Nacional	Neggo Tom Do Brasil247	09/11/2015
27	Mulheres compartilham o que pensam sobre violência, aborto e conservadorismo na política	1.079	201	06	Informativo	Diversos	Nacional	Do O Globo	08/11/2015

28	A História da Escravidão Negra no Brasil	144	52		Informativo	História	Nacional	Sor Victor Hugo, no Blog Continuando a aula de história	06/11/2015
29	'Educamos meninas mal porque tratamos mulheres mal', diz Michelle Obama	798	315	02	Informativo	Educação	Internacional	Sabine Righetti no Abecedário	05/11/2015
30	Racismo, machismo e capitalismo: um triângulo amoroso	872	274	03	Opinativo	Diversos	Nacional	Paulo Teixeira, do Brasil 247 Viviane Ferreira #AgoraÉ QueSãoElas	04/11/2015
31	1,5 milhão de mulheres negras são vítimas de violência doméstica no Brasil	679	260	06	Informativo	Violência	Nacional	Alvaro Magalhães, do R7	04/11/2015
32	O machismo seboso deixará de ser o must do intelectual charmoso	700	156	15	Opinativo	Direitos Humanos	Nacional	Karina Buhr no Blog de Leonardo Sakamoto (Uol)	03/11/2015
33	Quando o racismo no Brasil vai dar em cadeia e não campanhas tipo "somos todos fulana"? Por Marcos Sacramento	11.917	4784	221	Opinativo	Racismo	Nacional	Marcos Sacramento, do DCM	03/11/2015
34	Parem de personificar o racismo	1457	307	29	Opinativo	Racismo	Nacional	Stephanie Ribeiro, do Imprensa Feminista	03/11/2015
35	O linchamento de Taís Araújo é fruto da ideia de que no Facebook tudo é permitido	651	168	22	Informativo	Racismo	Nacional	Do DCM	02/11/2015

36	Taís Araújo é vítima de ataques racistas na internet	2.968	947	343	Informativo	Racismo	Nacional	Da Revista Fórum	01/11/2015
----	--	-------	-----	-----	-------------	---------	----------	------------------	------------

Mês: dezembro

Nº	Título	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários	Gênero	Temática	Âmbito	Assinatura	Data
1	“Que horas elas voltam?” Foto de Carolina Dieckmann e Regina Casé com empregadas domésticas provoca polêmica na web	135	03	07	Informativo	Racismo	Nacional	No Veja	27/12/2015
2	A insanidade das críticas racistas à atriz negra que fará a Hermione de “Harry Potter”	5.245	552	115	Opinativo	Racismo	Internacional	Marcos Sacramento, do DCM	26/12/2015
3	Rita Bosaho é a primeira mulher negra eleita deputada em Espanha	2.566	363	33	Informativo	Política	Internacional	Do Esquerda.Net	26/12/2015
4	O Brasil invisível ou invisibilizado?	107	19	0	Opinativo	Educação	Nacional	Por Renata Martins, do Brasil Post	26/12/2015
5	Poderia ter sido eu’, diz Elza Soares sobre chacina de Costa Barros	2.557	245	12	Informativo	Diversos	Nacional	Luís Barrucho, do BBC Brasil	23/12/2015
6	As experiências do “ser negro” na sociedade brasileira	955	177	09	Opinativo	Identidade	Nacional	Alexandre Matheus, do Alma Preta	21/12/2015

7	O segredo dos escravos reprodutores	330	148	05	Informativo	História	Internacional	Christiana Martins no Expresso. Sapo	19/12/2015
8	Jovem cria canal no Youtube para contar histórias de heróis negros brasileiros	25.374	6.491	409	Informativo	Memória	Nacional	Júlia Zaremba no Extra	17/12/2015
9	“Racismo sutil ainda é evidente para quem sofre”	228	49	07	Informaivo	Racismo	Nacional	Cinthia Rodrigues, no Ceert	17/12/2015
10	A força das nossas ancestrais	792	110	12	Opinativo	Luta/Militância	Nacional	Por Juliana Gonçalves, do Calle2	17/12/2015
11	Após polêmica, Bell Marques terá que alterar música	1.044	215	84	Informativo	Diversos	Nacional	Maíra Azevedo Do A Tarde	14/12/2015
12	Racismo, miscigenação e casamentos interraciais no Brasil	1.936	443	79	Opinativo	Racismo	Nacional	Alex Castro ,no Blogueiras Feministas	13/12/2015
13	Os presentes da Consciência Negra	1870	310	17	Opinativo	Cultura	Nacional	Felipe da Silva Freitas , do Brado Negro	12/12/2015
14	Elio Gaspari: As cotas desmentiram as urucubacas	193	72	04	Opinativo	Diversos	Nacional	O Globo	09/12/2015
15	Aposta da nova música brasileira, Karol Conka lança ‘É o Poder’. Ouça	320	32	10	Informativo	Cultura	Nacional	Fabiano Alcântara, do Virgula	08/12/2015
16	Evento Batalha Plano A	45	4	0	Informativo	Cultura	Nacional	Flavia Souza da Cruz via Guest Post	07/12/2015

17	Mais uma para a lista: atriz Sheron Menezes é alvo de ataques racistas	308	128	30	Informativo	Racismo	Nacional	Do DCM	07/12/2015
18	A poesia que o Brasil não (re)conhece Pesquisadora resgata importância da obra de Carolina de Jesus, a "poeta da favela"	506	169	06	Informativo	Cultura	Nacional	Nina Fidelis, do Caros Amigos	05/12/2015
19	Regra para baianas do acarajé deixa evangélicas aprensivas em Salvador	103	19	17	Informativo	Religião	Local	Djalma Macedo, do Blog do Valente	06/12/2015
20	Seria cômico, se não fosse trágico	317	87	11	Opinativo	Violência	Nacional	Felipe Cardoso, do Chuva Ácida	03/12/2015
21	Carolina do Brasil	161	36	07	Informativo	Biografia	Nacional	Fernanda Pompeu Do Yahoo	01/12/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
Coordenação de Curso de Jornalismo

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Discente: Ana Carolina Ferreira Santos

Matrícula: 11213936

Título do Trabalho: Feminismo Negro e Ciberativismo: uma análise da mulher negra na fanpage Geledés Instituto da Mulher Negra

Professor(a) orientador(a): Prof^a Dr^a Glória de Lourdes Freire Rabay

Professor(a) co-orientador(a):

Declaro, a quem possa interessar, que o presente trabalho é de minha única e exclusiva autoria e que responderei por todas as informações e dados neles contidos, ciente da definição legal de plágio e das eventuais implicações.

João Pessoa, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Discente



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
Coordenação de Curso de Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu,

_____ aluno (a) regularmente matriculado (a) no Curso de Jornalismo, matrícula _____, assumo total responsabilidade sobre o trabalho de conclusão de curso de minha autoria e autorizo sua divulgação na web, assim como seu armazenamento na forma que dispuser a UFPB.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO DISCENTE